

ANA SUELI RIBEIRO VANDRESEN

**INTERPRETAÇÕES DO POEMA O BARRO, DE PAULO LEMINSKI,
POR DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL:
ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José Rauen.

TUBARÃO, 2005

ANA SUELI RIBEIRO VANDRESEN

**INTERPRETAÇÕES DO POEMA ‘O BARRO’, DE PAULO LEMINSKI,
POR DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL:
ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA RELEVÂNCIA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 15 de julho de 2005

A meus pais, Cecília e Urbano (in memoriam) que me mostraram a relevância da leitura e do conhecimento.

Especialmente, a meu marido, Evaristo, companheiro de todas as horas, das viagens, das leituras, dos momentos de indecisão e de incertezas, pelo carinho, amor e paciência.

Agradeço:

a meus filhos, Victor Hugo, Thaís Cristina, Bruno Thiago, Yuri André e Thalita Yara pelo apoio e incentivo, mas especialmente, pelo amor e paciência que tiveram para comigo durante esses anos de estudo;

ao Gabriel, Maria Alicia, Thabata, Rafael e Maria Luíza simplesmente, por existirem e fazerem deste mundo, com seus risos e vozes, um lugar melhor;

a Veridiane e Bárbara pelo carinho com que sempre me receberam;

ao meu grande amigo, conselheiro, incentivador de todos os momentos e meu orientador, Dr. Fábio Rauen, por estar sempre ao meu lado e por sempre ter permitido que minha voz perpassasse neste trabalho.

A relevância maior

“o senhor... mire e veja o mais importante e bonito do mundo é isto; que as pessoas não estão sempre iguais, não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”

Guimarães Rosa

RESUMO

Neste estudo: descrevem-se e explicam-se os processos de compreensão do poema *O barro*, de Paulo Leminski, por estudantes do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento para professores de 1ª a 4ª séries, das Faculdades São Judas Tadeu de Pinhais (PR), ofertado em Fartura (SP); e avalia-se a capacidade descritiva e explanatória da Teoria da Relevância para o tratamento dos processos ostensivo-inferenciais na interpretação de textos poéticos. A análise do poema, com base nos conceitos de forma lógica, explicatura e implicatura de Sperber e Wilson (1986, 1995) e Carston (1988) gerou critérios de avaliação das interpretações: a atribuição de referência aos itens lexicais: ‘barro’ e ‘você’; a recuperação, por meio da forma lógica dos seus dois enunciados, da oposição e da relação paradoxal entre eles. Os resultados apontaram que: a) houve uma diversificação de referentes ao item lexical ‘barro’ nas trinta interpretações analisadas, sobressaindo-se, entre outras, a interpretação de que barro remete a alunos e a concepção de educando como tabula rasa; b) dentre as vinte interpretações que recuperaram a relação adversativa, apenas onze interpretações recuperaram a relação de contradição implícita do poema; c) a Teoria da Relevância permitiu adequação descritiva e explanatória tanto nos casos de interpretações bem ou mal sucedidas.

Palavras-chave: cognição, compreensão, texto poético, Pragmática, Teoria da Relevância.

ABSTRACT

In this study, the processes of comprehension of Paulo Leminski's poem 'O barro' are described and explained according to the interpretations done by the students of the Proficiency and Improvement Course for teachers from 1st to 4th grades (Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento para professores de 1a. a 4a. series) enrolled at Faculdades São Judas Tadeu de Pinhais/PR, held in the city of Fartura/SP; and it is evaluated by the descriptive and explanatory capacity of the Theory of Relevance for the treatment of the ostensive-inferential processes in the interpretation of poetic text.. The analysis of the poem was based on Sperber and Wilson's (1986, 1995), and Carston's (1988) concepts of logical form, explicature and implicature that produced criteria for the assessment of the interpretations: the attribution of reference to the lexical items 'barro' (mud) and 'você' (you); the recover thought the logical form of its two statements, the opposition and the paradoxical relation between them. The results pointed out that a) there was a diversification of references to the lexical item 'barro' (mud) in the thirty interpretations analyzed, standing out among others, the interpretation that mud (barro) means students as well as the concept of learner as a *tabula rasa*; b) among the twenty interpretation that recovered the adversative relation in the poem, only eleven recovered the relation of implicit contradiction in it; c) the Theory of Relevance allowed descriptive and explanatory adequacy in both successful and unsuccessful interpretations.

Keywords: cognition, comprehension, poetic text, Pragmatics, Theory of Relevance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TEORIA DA RELEVÂNCIA	19
1.1 <u>O MODELO OSTENSIVO-INFERENCIAL DE COMUNICAÇÃO</u>	22
1.2 <u>O MECANISMO DEDUTIVO</u>	24
1.3 <u>EFEITOS CONTEXTUAIS</u>	28
1.4 <u>COMUNICAÇÃO OSTENSIVA E RELEVÂNCIA</u>	31
1.5 <u>OS TRÊS NÍVEIS REPRESENTACIONAIS</u>	33
1.6 <u>RELEVÂNCIA E ESTILO</u>	38
1.7 <u>EFEITOS POÉTICOS</u>	41
1.8 <u>ESTRUTURAS E FUNÇÕES DO DISCURSO LITERÁRIO</u>	46
2 ANÁLISE DOS DADOS	52
2.1 <u>DOS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOS DADOS</u>	52
2.2 <u>ANÁLISE DAS INTERPRETAÇÕES</u>	70
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A forma como ocorre a compreensão textual é uma preocupação que vem sendo tratada, já há algum tempo, por diversos autores, entre eles, Wittengstein (1953), Van Dijk (1984, 1992), Geraldi (1991, 1997), Cavalcanti (1989), Kato (1986) e Rauen (1990, 1991, 1992). Fazendo eco a suas vozes, neste trabalho, tomo linguagem como forma de interação entre pessoas, pois considero que é a partir da linguagem que o falante/escritor interage com o ouvinte/leitor, constituindo compromissos e vínculos antes não-existentes. Dessa forma, não se pode conceber a linguagem no vazio, divorciada de seu papel constitutivo, a **interação**. Interação essa que pressupõe uma competência social de utilização da linguagem, em correspondência com as expectativas em jogo na interlocução.

Entretanto, essa competência social e comunicativa de utilização da linguagem, às vezes, não ocorre e há muito ouvimos que não se sabe escrever porque não se compreende o que lê ou porque não se lê. (cf.. Brito, 1985; Faraco, 1985; INEP, 2005). Se as pessoas possuem dificuldade em compreender enunciados simples em linguagem objetiva; o que ocorre quando se deparam com o texto literário?

Como a literatura se traduz numa linguagem necessariamente polissêmica, permitindo sua atualização e abertura, a compreensão de textos literários, em especial a de textos poéticos, constitui-se num desafio. Afinal, a linguagem literária é conotativa, promove a ca-

pacidade criativa, pois destrói e reconstrói significados, altera o ‘sentido literal da palavra’, criando múltiplas possibilidades de interpretação e, dessa forma, levando à leitura polissêmica.

Desta forma, à medida que esse desafio é vencido, passamos a ver os textos poéticos com outros olhos, a reconhecê-los como instância mágica de sensações e de imaginações, como mundos novos, onde a palavra surge ressignificada¹.

Em função disso, atribuir sentidos a obras literárias, interagir com elas por meio de nossa apreciação, descobrindo novas dimensões e sentidos, constitui-se em outra possibilidade de construção de mundos, e nos auxilia em nossa caminhada para nos tornarmos leitores proficientes e críticos. Leitores que

conseguem atribuir significações ao texto lido, relacionando-o a todos os outros textos significativos, reconhecendo nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista (LAJOLO *apud* GERALDI, 1985, p. 80).

Contudo, há uma dissociação entre as teorias literárias e as de leitura, e os trabalhos sobre a leitura literária não dão conta da sustentação teórica para essas interpretações. Essa dissociação “talvez decorra menos da disparidade dos objetos de que cada um se ocupa, e mais dos acidentes históricos do percurso de cada uma” (LAJOLO, 2002, p. 87).

Autores como Kato (s.d.) levam a concluir que a leitura compreende uma reunião de capacidades, que abrangem vários tipos de estratégias. Entre essas estratégias, destaca-se a de inferir significado e efeito pretendidos pelo autor. Porém, nem sempre encontramos a

¹ Tomo palavra ressignificada como a palavra em sentido figurado, conotativo, como, segundo SILVA (2004), a palavra torta, a palavra iluminada, a palavra movimento, a palavra figurada, a palavra configurada [...], a palavra própria da linguagem literária.

intenção do autor explícita e precisamos buscá-la, baseados em informações obtidas da base textual, entre as informações contextuais – única forma que nos permite desvelar implícitos. Os textos poéticos são particularmente ricos para o exercício dessas estratégias de leitura.

Mas, afinal, o que é ler? Encontramos muitas repostas a essa pergunta. Kato (1986) afirma que ler, como escrever, é um **ato de comunicação verbal** (grifo meu). Segundo ela, há processos de várias naturezas envolvidos no ato de ler, pelas múltiplas estratégias que os leitores fazem para realizá-lo, e o tipo de processo utilizado dependerá das seguintes condições: grau de maturidade do sujeito como leitor, nível de complexidade do texto, objetivo da leitura e o estilo individual do leitor.

Cavalcanti, por sua vez, apresenta a leitura como

um processo de comunicação complexo e altamente automático, do tipo receptivo e dependente do jogo de **inter-relações entre conhecimento prévio, sistemas de valores e “conhecimento acumulado”** (CANDLIN e LOTFIPOUR-SAEDI, 1983) sob a influência de variáveis de desempenho (1989, p. 47-48) (grifo meu).

Segundo essa autora, o conhecimento prévio, bem como, os sistemas de valores constituem as restrições do leitor, e o conhecimento acumulado, por sua vez, resulta dinamicamente da interação entre as restrições do leitor e as do texto. Já as variáveis de desempenho representam as restrições do contexto de leitura, ou seja, elas influenciam e são influenciadas pelas restrições do leitor e do texto.

Cavalcanti (1989) afirma que as restrições mínimas do leitor, na interação com o texto provêm das estruturas de conhecimentos que estão subjacentes à sua competência, dos sistemas de valores e do conhecimento acumulado que reflete sua visão do que é **relevante** no texto (grifo meu). Desta forma, para ela, a interação leitor-texto seria “um processo ativo, construtivo, interativo e reconstrutivo” (*idem*). Ativo pelo fato de a leitura envolver interpre-

tação (ao invés de compreensão) e exigir competência comunicativa; construtivo porque a leitura baseia-se em interpretação de planos das expressões indexicais² sinalizadas no texto; interativo, por ser a leitura influenciada por variáveis de desempenho; e, reconstrutivo por a leitura permitir a introdução de vieses e distorções provenientes das variáveis de desempenho e dos sistemas de valores do leitor.

Mey (2001), como Cavalcanti, vê a leitura como **interação**, portanto, um ato pragmático, como afirma. Para ele,

o ato pragmático de leitura implica um convite em aberto ao leitor para unir-se ao autor numa co-criação de sua história, preenchendo as lacunas que o texto deixa abertas. Assim como o ato verbal explícito do falante é, em muitos casos, dispensável, dado um pano de fundo suficiente: o ato pragmático do ouvinte para entender o não dito, o ato de entendimento do leitor não depende daquilo que é encontrado no texto (ou co-texto) em muitas palavras, mas no *contexto total* em aquelas palavras são encontradas – e são encontradas para fazer sentido, por meio de uma cooperação ativa, pragmática, entre autor e leitor. É essa ‘conexão’ espontânea, em grande parte inconsciente, das lacunas textuais que nos caracteriza como leitores competentes e ‘versáteis’, por outro lado, esta característica carrega consigo uma obrigação da parte do autor e nos oferecer um texto legível, ‘conectável’ (MEY, 2001, p. 228).

Muitos foram os modelos que surgiram, buscando responder à pergunta sobre o que é ler, ou seja, sobre o que fazemos quando lemos, pois as teorias sobre leitura acompanharam o próprio desenvolvimento da lingüística: a princípio, estudaram-se as unidades menores, para pouco a pouco se estender o foco, até chegar-se ao texto. Entre eles, destaco o concepção estruturalista, o modelo de processamento de dados, proposto por GOUGH (1972); o da leitura sem mediação sonora, descrito por LURIA (1970); o modelo de análise pela síntese, de GOODMAN (1967); o construtivista, apresentado por SMITH (1978) e SPIRO (1980); e, o reconstrutor, proposto por LEVY (1979). Entretanto, a maioria deles não dá conta de explicar

² Expressões indexicais são índices de experiências passadas e presentes que exigem a atribuição de significado que vai além daqueles dado pelo dicionário (CAVALCANTI, 1984, p. 172)

como se realizam os processos inferenciais de compreensão. Esse é o ponto que busco esclarecer com esse trabalho.

DO OBJETIVO E DA HIPÓTESE

Dentre as possibilidades oferecidas pela lingüística para a descrição e explicação da compreensão humana, uma das que mais se destacam é a *Teoria da Relevância* (TR) de Sperber e Wilson (S-W) (1986, 1995). Essa teoria postula uma abordagem empírica da cognição humana, pressupondo a existência de uma operação primitiva presente na produção do enunciado, na construção de contextos cognitivos e, conseqüentemente, na compreensão: a busca pela relevância.

Apontando uma alternativa para as teorias exclusivas de decodificação e de inferência, como explicação dos mecanismos de processamento e de compreensão, a Teoria da Relevância apresenta os processos de decodificação como o estágio inicial para os raciocínios inferenciais de compreensão. Nesse processo, ocorrem mecanismos *on line* de construção de suposições que constituem o ambiente cognitivo, num processo criativo, analógico e associativo de formação, e confirmação de hipóteses ajustadas ao conhecimento de mundo e às evidências disponíveis ao indivíduo.

Para a TR, o falante constitui estímulos ostensivos que demandam, para serem otimamente processados, processos inferenciais por parte do ouvinte. Considerando esse postulado, tomo o texto poético como um **estímulo ostensivo** que se põe em evidência e que demanda mecanismos de compreensão inferencial e, apesar das circunstâncias da comunicação escrita diferirem da comunicação oral, aplico a Teoria da Relevância, voltada à explicação

dos processos de compreensão da oralidade, à escrita; considerando-a uma alternativa produtiva para a explicação de como ocorre a interpretação de textos poéticos escritos, isto é, de como o leitor compreende uma linguagem por definição afeita à amplitude inferencial; ou, ainda em outras palavras, de como ocorre e se ocorre o preenchimento dos hiatos existentes entre o que o autor escreve e o que o leitor compreende.

Esta **hipótese**, sustenta-se no argumento de que os três níveis representacionais, apresentados pela TR, suplantam tanto as deficiências de um modelo de análise da interação exclusivamente baseado em um modelo de código, como o de Shannon e Weaver (1949), Jakobson e Halle (1956) e Jakobson (1961), quanto às deficiências de um modelo baseado exclusivamente no nível inferencial, como o de Grice (1975), tais como: a) considerar todo aspecto pragmaticamente determinado da interpretação dos enunciados como uma implicatura, com exceção da desambiguação e da atribuição de referência; b) dizer muito pouco sobre como são comunicadas as proposições; e, c) não ter qualquer noção dos graus de explicitação.

Em resumo, os três níveis representacionais analisam a interação desde a forma proposicional explícita nos enunciados (forma lógica), passando pela complementação pragmática da forma proposicional (processos de construção da explicatura), até a construção pragmática das inferências (processos de construção da implicatura).³

DOS PROCEDIMENTOS DA COLETA DOS DADOS

³ Confira os conceitos de forma lógica, explicatura e implicatura na seção 2.2.5.

Para alcançar esses objetivos, procedo à análise dos processos ostensivo-inferenciais, à luz da Teoria da Relevância, em 30 interpretações do poema *O barro*, de Paulo Leminski, escolhidas aleatoriamente, dentre o total de interpretações autorizadas dos alunos do curso de *Capacitação e Aperfeiçoamento* para professores de 1ª a 4ª séries, ofertado pelas Faculdades São Judas Tadeu, de Pinhais (PR) – FAPI, no pólo de Fartura (SP) (proximidades de Bauru).⁴

Por ser considerada pelo professor da disciplina como uma das atividades demonstrativas da proficiência dos alunos em leitura, foi solicitado que a interpretação do poema fosse individual, não devendo ocorrer comunicação entre eles, durante o período de leitura e de elaboração da interpretação.

O objetivo desse curso é promover a atualização e o aperfeiçoamento dos professores de 1ª a 4ª séries, capacitando-os a uma práxis mais consciente e buscando cumprir com a exigência mínima da LDB para o magistério das séries iniciais, ou seja, capacitar os professores das séries iniciais para o exercício profissional, conforme dispõem os artigos 62, Capítulo VI – Dos Profissionais da Educação;⁵ e, 87, Título IX – Das Disposições Transitórias, parágrafo 3º, Inciso III.⁶

⁴ O curso de Capacitação e Aperfeiçoamento é ofertado pelas Faculdades São Judas Tadeu – FAPI – em sete cidades-pólo: Pinhais (sede da instituição), Ponta Grossa, Agudos do Sul, Quitandinha, Santa Mariana (no Estado do Paraná) e em Fartura e Conchas (no Estado de São Paulo).

⁵ Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

⁶ § 3º. Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

Para a pesquisa, escolheu-se o poema *O barro*, de Paulo Leminski,⁷ em primeiro lugar, porque ele foi um poeta que, tal qual Drummond, Quintana e Cacaso, soube tão bem utilizar a linguagem literária em seus aspectos polissêmicos, ambíguos, plurissignificativos.

A linguagem leminskiana é “altamente condensada, um exercício preciso e exato no interior da linguagem” (GUIMARÃES, 1989, p. 95). A partir das considerações dessa autora, pode-se dizer, que melhor que qualquer outro, Leminski corporifica o poeta de D’Onofrio, quando este afirma que:

o poeta produz uma linguagem que, mesmo usando palavras comuns, recria essas palavras para tornar possíveis ralações sempre novas com a realidade. Daí o efeito surpreendente, fascinante, fantástico da linguagem e da cosmovisão artística. Refletir nas palavras leva, conseqüentemente, a pensar no sentido que as palavras encerram [...] E se o material de sua arte é a palavra, é só através do uso invulgar desta que ele pode **chamar a atenção** dos destinatários da realidade mais profunda da condição humana [grifo meu] (2000, p. 11).

Em segundo lugar, sua poesia de vanguarda, no sentido exato que Leminski atribuía a esta palavra – “vanguarda é a contemporaneidade absoluta”, é fiel ao compromisso com a renovação literária, incorporando de forma crítica os recursos das vanguardas. Representante da literatura paranaense, Leminski é dono de um dizer estranho e, muitas vezes, agressivo, aliado a um lirismo, a uma paixão e à consciência da linguagem que manejava com maestria, mexendo com suas formas, ao inventar, ao romper a ‘clausura’ do signo verbal. Leminski pôde fazer cada poema à sua imagem e semelhança: dinamismo, dicção própria, um dizer que vai do lirismo reflexivo à ironia e ao cinismo.

⁷ O poema foi utilizado muitas vezes para questões de interpretação, até mesmo em vestibulares, como no caso do vestibular da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing 1999/2 que utiliza a interpretação do texto de Leminski como base para a Prova de Redação. Veja-se a formulação daquela prova: “1. Leia com atenção os textos abaixo e reflita sobre as idéias neles contidas. 2. Escolha um deles e faça uma dissertação em que você exponha seus pontos de vista e conclusões acerca do assunto abordado no texto escolhido. 3. A dissertação deve ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30, considerando-se letra de tamanho regular. 4. Para rascunho, utilize o espaço a ele reservado na folha de prova. Texto I: O barro/toma a forma/que você quiser/você nem sabe estar fazendo/o que o barro quer”.

Segundo Guimarães,

[...] sua linguagem é deliciosamente jovem e maliciosamente erudita. São poemas para o olho, a inteligência e o coração que o relaxo e a distração são neles, meras figuras de retórica e precisão de um poeta que se recusava a viver num mundo sem sentido. [...] Leminski pretendeu mexer com os fundamentos materiais da comunicação poética, agindo na própria infraestrutura sígnica, no campo da ruptura/'infratura', consciente de que todo poema de invenção é um objeto interdito. Um verdadeiro poeta 'inventor'. [...] faz em suas obras, crítica do mundo pela linguagem, mas, sobretudo, faz crítica da linguagem. [...] Porque foi capaz de ler a contemporaneidade enquanto manifestação do sensível e de traduzi-la poeticamente, LEMINSKI operou naquele espaço-tempo semiótico entre pressa e a preguiça, entre o capricho e o relaxo, entre a distração e a suprema atenção do arqueiro oriental. Suas setas/signos, retas, como que lançadas ao acaso (e quanta disciplina por trás de cada ato exato seu...) sempre atingem o alvo. Perícia, malícia, ginga, arte e manha. Artimanhas leminskianas (1989, p. 90-93).

Veja-se o poema *O barro*:

O barro
toma a forma
que você quiser

você nem sabe
estar fazendo
o que o barro quer

(LEMINSKI, 1983)

Após o exposto até aqui, pode-se delimitar o objetivo geral, deste trabalho, como se segue: **descrever** e **explicar** os processos de compreensão do poema *O barro*, de Paulo Leminski, por estudantes do Curso Capacitação e Aperfeiçoamento para professores das séries iniciais – ofertado pelas Faculdades São Judas Tadeu de Pinhais (PR) em Fartura (SP).

Além disso, esta pesquisa pretende **avaliar** a capacidade descritiva e explanatória da Teoria da Relevância para o tratamento dos processos ostensivos-inferenciais presentes na interpretação de textos poéticos.

Do ponto de vista metodológico, valho-me, neste estudo de caso descritivo e qualitativo, dos três níveis representacionais propostos pelos autores para explicar o processo de compreensão, quais seja : *forma lógica* (decodificação do substrato lingüístico) , *explicatura* (suposição explicitamente comunicada), e *implicatura* (criação de inferências).

DA ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para dar conta dessas demandas, esta dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo 1, *Fundamentação Teórica*, abordo a Teoria da Relevância e o discurso literário. No capítulo 2, *Análise dos Dados*, apresento a análise do texto de base e das trinta interpretações selecionadas. No capítulo 3, *Considerações Finais*, teço as conclusões da pesquisa, analiso suas limitações, indico alternativas para futuras pesquisas, e realizo algumas considerações adicionais sobre a postura do professor frente às interpretações de seus alunos.

1 TEORIA DA RELEVÂNCIA

Com o desenvolvimento da Pragmática Cognitiva, nas últimas décadas do século XX, surgem novas perspectivas para a abordagem do processo inferencial da comunicação. É nesse contexto que é concebida por Sperber e Wilson nos anos 80, a Teoria da Relevância (TR). O modelo de comunicação proposto por esses autores

faz o amálgama do modelo de código (Shannon e Weaver, 1949), com o modelo inferencial (Grice, 1975) [...] Do modelo de código, reconhecem o componente formal da linguagem e o vinculam à face modular do processamento cognitivo da comunicação verbal. Do modelo griceano, ressaltam a importância dos processos inferenciais na produção e interpretação da linguagem, mas, em lugar do Princípio Cooperativo proposto por Paul Grice, postulam o Princípio da Relevância, que pode ser resumido como um otimizador de processos inferências durante as interações comunicativas e que pressupõe um comportamento ostensivo por parte do emissor e um comportamento inferencial por parte do receptor, diferentemente da exigência de cooperação e igualdade de objetivos entre interlocutores, postulada pelo modelo griceano (GONÇALVES, 2001, p. 36-37).

A Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995) defende a tese de que a cognição humana orienta-se pela relevância, ou seja, prestamos atenção naquilo que nos é relevante, que vêm ao encontro de nossos interesses ou que se ajusta às circunstâncias em que estamos inseridos no momento.

Voltada à explicação da comunicação humana, essa teoria constitui-se numa abordagem pragmático-cognitiva baseada no modelo inferencial de Grice, pautada na idéia básica

da existência de um hiato entre o significado da sentença e o significado do falante, cujo preenchimento deveria dar-se por inferências e não mais por decodificação.

A Teoria da Relevância fundamenta-se em dois eixos básicos: o **lógico** e o **cognitivo**.⁸ Nela, os autores utilizam o termo **relevância**, utilizado na linguagem cotidiana com o significado de realce ou importância, na linguagem técnica como “um conceito teórico útil, centrado na relação de equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforços de processamento, para explicar como indivíduos interpretarem informações nos contextos comunicativos” (SILVEIRA e FELTES, 1999, p. 39). A necessidade dessa utilização dá-se ao fato de os autores da TR acreditarem ser necessário um conceito próximo da noção de relevância que ocorre na linguagem cotidiana. Segundo eles,

[...] existe uma importante propriedade psicológica - uma propriedade dos processos mentais - da qual a noção popular de relevância se aproxima razoavelmente e que, portanto, torna-se apropriado denominá-la também de relevância, utilizando o termo num sentido técnico. O que estamos procurando fazer é descrever esta propriedade, isto é, definir relevância como um conceito teórico útil.

Supomos que as pessoas possuem intuições de relevância: que elas conseguem distinguir, de forma consistente, uma informação relevante de outra irrelevante, ou, em alguns casos, uma informação mais relevante de outra menos relevante. O fato de existir na linguagem popular, uma noção de relevância com um significado difuso e variável, resulta mais em um inconveniente do que em uma ajuda (1995, p. 119)

Sperber e Wilson (1986, 1995) desenvolvem a Teoria da Relevância, com base no modelo inferencial de Grice (1975),⁹ do qual se aproxima no seguinte aspecto: para Grice,

⁸ A fundamentação lógica é subjacente à natureza da inferência dedutiva da compreensão humana enquanto a fundamentação cognitiva apóia-se em sistemas representacionais e computacionais, correntes em psicologia cognitiva atual.

⁹ Grice postula que as inferências derivam da existência de princípios e regras da conversação que nos orientam, na comunicação. Por isso, ele cunha a denominação **Princípio de Cooperação**, a saber, “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que está engajado” (GRICE, 1982, p. 86). Como estratégias para a realização desse Princípio de Cooperação, Grice apresenta um conjunto de **máximas e submáximas**, agrupadas em categorias. I. **Categoria de qualidade**: esta máxima diz respeito a se falar somente o que se acredita ser verdadeiro. “Procure afirmar coisas verdadeiras”: (a) Não diga aquilo que você acredita ser falso; e (b) Não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada. II. **Categoria de quantidade**: esta máxima refere-

tudo que não é explícito num enunciado é uma implicatura. Segundo ele, as implicaturas podem ser de três tipos – **convencionais** (decodificadas), **não-convencionais** e **conversacionais** (inferidas).¹⁰ Estas últimas – **as conversacionais**, assemelham-se às implicaturas de Sperber e Wilson e as primeiras – **as convencionais** – às explicaturas, apresentadas por Cartson¹¹, Recanati¹², e Sperber e Wilson, na TR (1986, 1995).

Entretanto, a teoria de Sperber e Wilson (1986, 1995) diferencia-se da de Grice, pelo menos em três aspectos. Primeiro, a noção de relevância passa de máxima conversacional (em Grice) a uma propriedade inata da cognição humana e a um conceito teórico. Segundo, a Teoria da Relevância vai além das implicaturas, tratando também do que é dito, “da proposição explicitamente comunicada que constitui a base para os raciocínios inferenciais” (SILVEIRA, 1997, p. 15). Por fim, o processamento de informação durante um ato comunicativo, que na teoria de Grice não foi suficientemente sistematizado e explicado, passa a ser a preocupação central da Teoria da Relevância, que o explica a partir de estudos recentes da psicologia cognitiva.

Nessa teoria, a comunicação equivale ao reconhecimento da intenção informativa do falante por parte do ouvinte e

a interpretação é tratada como o processo que envolve acesso a conceitos e entradas enciclopédicas (formação de hipóteses) e dedução (confirmação ou refutação de hipóteses). Desta forma, a interpretação de um enunciado será o processamento de in-

se a contribuição de ambos os interlocutores no processo comunicacional: (a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido; e (b) Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada. III. **Categoria de relação**: seja relevante. IV. **Categoria de maneira**: seja claro: (a) Evite obscuridade de expressões; (b) Evite ambigüidade; (c) Seja breve; e, (d) Seja ordenado.

¹⁰ Para Grice, as implicaturas convencionais são as que dependem apenas da decodificação das palavras constituintes do enunciado para a interpretação do mesmo; as conversacionais são as que exigem além da decodificação das palavras que compõem o enunciado, a recuperação do que significado implícito. Para maiores esclarecimentos sobre as implicaturas de Grice, veja-se Grice, 1975.

¹¹ Veja-se CARTSON, Robyn (1988)

¹² Veja-se RECANATI, F. (1989, 1995)

formações novas combinadas a informações antigas. As informações antigas estão na memória em forma de conceitos aos quais se ligam informações enciclopédicas. (GEDRAT, 1996, p. 38).

1.1 O MODELO OSTENSIVO-INFERENCIAL DE COMUNICAÇÃO

O modelo de Sperber e Wilson, por ser uma abordagem pragmático-cognitiva que parte da idéia de que prestamos atenção naquilo que é relevante para nós, propõe a existência de duas propriedades da comunicação humana.

A primeira propriedade é a de ser **ostensiva**, da parte do **comunicador**. Essa propriedade indica que “o comunicador, ao produzir um determinado estímulo, torna *ipso facto*, mutuamente manifesto (ou mais manifesto), tanto para o comunicador como para o ouvinte, que ele pretende tornar mutuamente manifesto (ou mais manifesto) um conjunto de suposições – **uma intenção de informar ou de alcançar efeitos cognitivos** (SILVEIRA e FELTES, 1999, p. 39), ou seja de tornar mutuamente manifesto uma **intenção informativa**.¹³ Ocorrendo o reconhecimento mútuo da intenção informativa, ocorre por sua vez a **intenção comunicativa**,¹⁴ gerando, a comunicação propriamente dita.¹⁵

Para Sperber e Wilson, a intenção, sendo um estado psicológico, deve ter seu conteúdo mentalmente representado, isto é, o comunicador deve ter a representação mentali-

¹³ A intenção informativa equivale a tornar manifesto ou mais manifesto ao receptor um conjunto de suposições {I} (SPERBER e WILSON, 1995, p. 58).

¹⁴ A intenção comunicativa equivale a tornar mutuamente manifesto ao receptor e à pessoa que comunica que a pessoa que comunica tem essa intenção informativa (SPERBER e WILSON, 1995, p. 61)

¹⁵ Um enunciado, ao atingir a atenção do ouvinte/leitor, conduz à construção e à manipulação de representações conceituais. Desse modo, fenômenos que estão no foco de atenção do ouvinte – via ostensão do estímulo-enunciado – podem originar suposições e inferências no nível conceitual (SILVEIRA e FELTES, 1999, p. 39)

zada de um conjunto de suposições que pretende tornar manifesto para o ouvinte. Aqui, é importante salientar que essa perspectiva não toma como objeto qualquer possibilidade de comunicação não intencional.

A segunda propriedade é a de ser **inferencial** por parte do **ouvinte**. Essa propriedade estabelece uma relação de proporcionalidade entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento que resulta em diferentes graus de relevância: quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior a Relevância; quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor a Relevância; mas, um maior esforço de processamento somado a maiores efeitos contextuais, propicia o aumento da Relevância.

Desta forma, observamos que a comunicação ostensivo-inferencial “envolve o uso de um ESTÍMULO OSTENSIVO, projetado para atrair a atenção de uma audiência e focado no significado do comunicador. De acordo com a TR, o uso de um estímulo ostensivo pode criar expectativas de relevância precisas e previsíveis que não foram geradas por outros *inputs*” (WILSON e SPERBER, 2004, p. 4).

A comunicação inferencial e a comunicação ostensiva fazem parte de um mesmo processo, entretanto, observadas de pontos de vista distintos: o do **emissor** (falante/escritor) que pratica a **ostensão** e a do **destinatário** (ouvinte/leitor) que faz a **inferência**.

Os autores da teoria vinculam a linguagem à cognição humana e defendem a suposição de que o que é comunicado pode ser representado mentalmente. Desta forma, para eles, pensamentos são representações conceituais e suposições vêm a ser os pensamentos tratados como representações da realidade.

Nesse contexto, **inferência** é “o processo cognitivo conceitual pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira baseada na força da verdade ou provável verdade de outras suposições” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 68).

1.2 O MECANISMO DEDUTIVO

O mecanismo dedutivo, pelo qual passa a mente no processo interpretativo,

é autômato, com uma memória e a capacidade de ler, escrever e apagar as formas lógicas, de fazer a comparação das suas propriedades formais, de armazená-las na memória e de conseguir recolher as regras de dedução que se encontram nas entradas lógicas dos conceitos (SPERBER e WILSON, 1995, p. 94-95).

Levando em consideração as particularidades cognitivas da compreensão humana e buscando desvelar as habilidades inferências espontâneas, o mecanismo dedutivo hipotetizado por Sperber e Wilson, explica os componentes lógico-cognitivos da natureza inferencial da comunicação humana.

O mecanismo dedutivo utilizado no processo de comunicação humana caracteriza-se por apresentar o processo de compreensão inferencial como não-demonstrativo, pois comunicação pode falhar: o ouvinte pode não decodificar ou não deduzir a intenção comunicativa do falante. Entretanto, ele pode construir uma suposição, baseado na evidência provida pelo comportamento ostensivo do comunicador. Esta comunicação, por sua vez, não pode ser provada, apenas confirmada, como no exemplo apresentado a seguir.

- (1)
 - (a) Se um parente de Thaís veio à formatura, ela devia estar feliz.
 - (b) O pai de Thaís veio á formatura.
 - (c) Thaís devia estar feliz

Observa-se, neste exemplo, que a conclusão (c) não poderia ser extraída a partir das premissas (a) e (b), uma vez que requer uma regra não-padrão de conceito lógico para permitir que a premissa “*Um parente de Thais veio à formatura*”, recuperada da memória enciclopédica (‘pai é parente’), seja derivada de (1b)¹⁶. Contudo, na comunicação cotidiana, essa conclusão, que não depende apenas de premissas logicamente dadas, sendo possível acrescentar informações conceituais acessadas da memória, vem a ser totalmente válida.

A partir do que já foi exposto e argumentado até agora, é possível constatar que as operações realizadas por esse mecanismo são inferências lógicas, isto é, as inferências seguem um cálculo não-trivial. Além disso, não é um sistema lógico, no sentido da lógica pura, mas um sistema computacional, limitado em suas operações pelas regras dedutivas aplicadas que são exclusivamente interpretativas, e pela forma como as aplica. Desse modo, as regras do mecanismo dedutivo humano extrapolam as propriedades puramente formais da suposição ao analisarem ou explicarem

o conteúdo das premissas, num cálculo dedutivo não-trivial, através de formação de hipóteses, valendo-se de um processo global de pensamento (enquanto oposto a local) e não-demonstrativo, que apenas confirma ou torna prováveis tais hipóteses (SILVEIRA, 1997, p. 45)

Para Sperber e Wilson (1986, 1995), o quadro mais adequado da habilidade dedutiva humana é o formado por regras de eliminação associadas a conceitos.

Os conceitos, como as formas lógicas que os contêm, são objetos psicológicos considerados num nível abstrato. Formalmente, nós supomos que cada conceito consiste de uma etiqueta ou endereço que realiza duas funções diferentes e complementares. Primeiro, ele aparece como um endereço na memória, sob o qual vários tipos de informação podem ser armazenados e recuperados. Segundo, ele pode aparecer como um constituinte de uma forma lógica, a cuja presença as regras dedutivas podem ser suscetíveis (SPERBER e WILSON, 1995, p. 86)

¹⁶ Veja-se SPERBER e WILSON, 1987, p.702

Sperber e Wilson consideram que essas funções são complementares, pois quando aparece o endereço de um conceito no processamento de uma forma lógica, é dado acesso a diferentes tipos de informações armazenadas na memória sob aquele endereço conceitual.

Estas informações podem ser de três tipos distintos: a) **entrada lógica**, que é o conjunto de regras dedutivas que se aplicam às formas lógicas das quais os conceitos são constituintes; b) **entrada enciclopédica**, que contém informações sobre extensão e/ou denotação do conceito e delas se derivam as representações semânticas da informação, do ponto de vista cognitivo; e, c) **entrada lexical**, que contém informação sobre a palavra ou frase que expressa o conceito.

Dessa forma, no momento em que um conjunto de suposições é colocado na memória do dispositivo dedutivo, todas as regras dedutivas ligadas à entrada lógica referente a ele são acessadas.

Observemos o exemplo, extraído de Wilson e Sperber (2005, p. 236-237):

- a. Peter: John devolveu o dinheiro que ele devia a você?
- b. Mary: Não. Ele esqueceu de ir ao banco.

Em seguida, os autores de Relevance apresentam o esquema de como Peter poderia estabelecer um conjunto de suposições para, usando o procedimento de compreensão à-luz-da-relevância, interpretar o enunciado de Mary “Ele esqueceu de ir ao banco”.

A partir desse esquema, pode-se observar que “explicaturas e implicaturas são derivadas de um processo de ajustamento paralelo mútuo, com hipóteses sobre ambas sendo consideradas em ordem de acessibilidade” (SPERBER e WILSOON, 2005, p. 238).

Veja-se o esquema:

(a) Mary disse a Peter, “Ele esqueceu de ir ao BANCO1/BANCO2”. [Elex = pronome não interpretado] [BANCO1 = estabelecimento financeiro] [BANCO2 = banco de rio]	Encaixe da forma lógica decodificada (incompleta) do enunciado de Mary em uma descrição do comportamento ostensivo de Mary.
(b) O enunciado de Mary será otimamente relevante para Peter.	Expectativa gerada pelo reconhecimento do comportamento ostensivo de Mary e aceitação da presunção de relevância que ele comunica.
(c) O enunciado de Mary alcançará relevância ao explicar porque John não pagou o dinheiro que devia a ela.	Expectativa gerada por (b), junto com o fato de que tal explicação seria mais relevante para Peter nesse momento.
(d) Esquecer de ir ao BANCO1 pode fazer com que não se possa devolver a alguém o que se deve.	Primeira suposição que ocorre a Peter, a qual junto com outras premissas apropriadas, poderia satisfazer a expectativa (c). Aceita como premissa implicada do enunciado de Mary.
(e) John esqueceu de ir ao BANCO1.	Primeiro enriquecimento da forma lógica do enunciado de Mary que ocorre a Peter e que poderia combinar com (d) para levá-lo a satisfação de (c). Aceita como uma explicatura do enunciado de Mary.
(f) John não pode devolver o dinheiro que devia a Mary porque ele esqueceu de ir ao BANCO1.	Inferido de (d) e (e), satisfazendo (c) e aceitado como uma conclusão implícita do enunciado de Mary.
(g) John pode devolver o dinheiro que deve a Mary quando for ao BANCO1.	A partir de (f) mais o conhecimento de background, uma das muitas implicaturas fracas possíveis do enunciado de Mary que em um conjunto de (f), satisfaz a expectativa (b).

Quadro 1 – Esquema dos mecanismos de interpretação do enunciado “Ele esqueceu de ir ao banco”.

É relevante ressaltar que esses autores defendem a existência, no mecanismo dedutivo humano, apenas de regras de eliminação do tipo eliminação do ‘e’ e a de *modus ponens*. Vejam-se os exemplos, a seguir.

REGRA de *modus ponens*:

Input:	(i) $P \rightarrow Q$	(2) Se Carlos é descendente de portugueses, deve ser vascaíno.
	(ii) P	Carlos é descendente de portugueses.
Output:	Q	Carlos é vascaíno

Ocorre uma relação de implicação entre as duas proposições, uma vez que quando a primeira é afirmada P, segue-se necessariamente a segunda. Pode-se observar, nesse exemplo, a regra de eliminação da implicação, *modus ponens*, que toma como *input* o conjunto de

premissas formado por P e Q e como output o consequente do condicional $P \rightarrow Q$, isto é, Q, que faz parte dos conjunto de premissas iniciais

REGRA de eliminação do ‘e’:

Input:	P & Q	(3) Carlos é vascaíno e joga basquete.
Output:	P	Carlos é vascaíno.

Ao eliminar-se a conjunção ‘e’, em (3), que liga as duas proposições coordenadas, cada uma delas isoladamente é verdadeira.

1.3 EFEITOS CONTEXTUAIS

Segundo Sperber e Wilson, “uma suposição é relevante em um contexto se e somente se possui algum efeito contextual naquele contexto” (1995, p. 2). Para ser relevante, uma suposição necessita produzir efeitos contextuais, ou seja, alterações de crenças no indivíduo, que podem ocorrer de três formas:

- a) por **implicação contextual** – suposições que resultam da combinação de informações velhas com novas;
- b) pelo **fortalecimento (ou enfraquecimento de suposições)** – força das suposições: ocorre reforço ou enfraquecimento de formações já existentes, podendo ocorrer de quatro formas: por input perceptual (evidências de fontes sensoriais), por input lingüístico, pela ativação de suposições estocadas na memória ou esquemas de suposições (completados com suposições contextuais), por deduções – derivam de suposições adicionais;

- c) pela **eliminação de suposições contraditórias** – havendo duas suposições contraditórias, a que for mais fraca ou seja, a que possui menos evidências é eliminada.

Além dos efeitos contextuais que alteram o conhecimento sobre o mundo armazenado na memória do indivíduo, há também o esforço de processamento, que depende energia mental em nível de atenção, memória e raciocínio. Este esforço está numa relação comparativa com os benefícios alcançados, que são os efeitos cognitivos, e deriva efeitos contextuais, cujos fatores dominantes são a complexidade lingüística e a acessibilidade do contexto.

Sperber e Wilson ressaltam que mesmo não existindo na mente, os efeitos e os esforços existem, podendo ser alcançados quando a implicação contextual é considerada uma síntese da **informação velha** (informações recuperadas na memória enciclopédica) e da **nova informação** (derivada da decodificação lingüística e da percepção) ou quando **a nova informação** dá evidência adicional para suposições velhas, ou ainda, quando fornece evidências contrárias que levam ao abandono de velhas suposições.

Sendo uma função dos efeitos e esforços, a Relevância vem a ser uma propriedade não-representacional da mente. Espontânea e inconsciente, ela não se constitui em regra a ser seguida e que pode vir a ser violada, como as máximas de Grice, e somente os julgamentos de Relevância, quando ocorrem, é que podem ser representados, mesmo sendo comparativos e intuitivos.

A seleção do contexto para interpretar um enunciado é parte do processo de interpretação e é guiada pela busca da Relevância no processamento da informação, sendo que nenhuma suposição é relevante em si mesma, pois é considerada relevante em relação a uma situação de comunicação determinada, envolvendo indivíduos diferenciados. O que implica

em ser a Relevância caracterizada de forma psicologicamente mais apropriada como **Relevância para um indivíduo**, a qual se caracteriza por bases comparativas, graduadas e qualitativas:

Condição de grau 1: uma suposição é relevante para um indivíduo, na medida em que os efeitos contextuais alcançados quando ela é otimamente processada são amplos.

Condição de grau 2: uma suposição é relevante para um indivíduo, na medida em que os esforço requerido para processá-la otimamente é pequeno (SPERBER e WILSON, 1995, p. 145).

Essa definição foi revisada, pelos autores, no posfácio da edição de 1995, passando a levar em consideração a eficiência cognitiva. Desta forma, o *input* somente é relevante se o resultado de seu processamento satisfizer a condição de levar a benefícios cognitivos. A nova definição é formulada a seguir:

Condição de grau 1: uma suposição é relevante para um indivíduo, na medida em que os efeitos cognitivos positivos alcançados quando ela é otimamente processada são amplos.

Condição de grau 2: uma suposição é relevante para um indivíduo, na medida em que o esforço requerido para alcançar esses efeitos cognitivos positivos é pequeno. (*ibidem*, p. 265-66).

Para se obter uma **relevância ótima**, é necessário que o contexto selecionado inicialmente seja o mais produtivo possível, derivando um número maior de efeitos com um dispêndio de energia mínimo.

Porém, se esse contexto é construído a partir de **juízo comparativo de relevância**, permitindo a construção do contexto mais produtivo, o indivíduo irá direcionar sua atenção para um conjunto de estímulos ou suposições. Isto não significa de modo algum que quaisquer fenômenos que chamem a atenção do indivíduo sejam construídos de suposições.

A noção de Relevância pode estender-se a um fenômeno, pois este se torna “relevantes para um indivíduo à medida que os efeitos contextuais conseguidos quando é otimamente processado são grandes” e/ou quando “[...] o esforço requerido para processá-los otimamente é pequeno” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 153). Para Sperber e Wilson, um estímulo vem a ser um fenômeno destinado a realizar efeitos contextuais.

1.4 COMUNICAÇÃO OSTENSIVA E RELEVÂNCIA

Os autores da TR defendem a idéia de que dois tipos de processos envolvem o processo comunicação: um baseado na codificação/decodificação, ou seja, no modelo de código, não autônomo, portanto, sujeito ao processo inferencial; e, o outro, baseado na ostensão e inferência, que por sua vez é autônomo e funciona da mesma forma, esteja ou não combinado com a comunicação codificada.

Para eles, na comunicação verbal todos os enunciados produzidos vêm a ser **estímulos ostensivos** que satisfazem as seguintes condições: “eles precisam atrair a atenção da audiência; [...] eles precisam focar essa atenção nas intenções do emissor” (*ibidem*, p. 153).

Considerando-se que um estímulo ostensivo deva revelar as intenções do comunicador e não apenas focalizá-las, esse estímulo deverá vir com uma garantia de Relevância. Ao produzir um enunciado, o indivíduo solicita atenção do ouvinte, e fazendo isto sugere que o enunciado é relevante o suficiente para obter atenção.

Assim sendo, a comunicação ostensiva pressupõe a participação ativa tanto do comunicador quanto do receptor indicando ser “mutuamente manifesto que a pessoa que co-

munica tenciona tornar manifesto ao destinatário que ela escolheu o estímulo mais relevante capaz de satisfazer as suas intenções” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 157).

Isto nos remete a uma **presunção de relevância ótima**:

O conjunto de supostos [I] que o emissor deseja fazer manifesto ao destinatário é suficientemente relevante para valer a pena ao destinatário processá-lo

O estímulo ostensivo é o mais relevante que o emissor poderia ter utilizado para comunicar [I] (*ibidem*, p. 158).

Essa presunção de relevância ótima é reformulada por Sperber e Wilson (1995) passando a ser apresentada da seguinte forma:

(i) o estímulo ostensivo é relevante o suficiente para merecer o esforço do destinatário para processá-lo

(ii) O estímulo ostensivo é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador (*ibidem*, p. 270).

O Princípio da Relevância postula que “todo ato de comunicação ostensiva comunica uma suposição de sua própria relevância ótima” (*ibidem*, p. 158). Deste princípio realizam-se as seguintes ilações: a) aplica-se a todas as formas de comunicação ostensiva; b) os indivíduos, cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentando modificar são os destinatários da comunicação; c) ele não garante que a comunicação, apesar de tudo, tenha sempre sucesso.

Nessa perspectiva, o ouvinte constrói hipóteses interpretativas de um conjunto de suposições a partir do Princípio de Relevância que

garante a seleção da primeira interpretação acessível que é compatível com o princípio, se na verdade houver alguma e, pelo contrário, se houver interpretação absolutamente nenhuma. Por outras palavras, a teoria da relevância explica como é possível a comunicação ostensiva e como ela pode falhar (SPERBER e WILSON, 1995, p. 170).

Para ser consistente com o Princípio da Relevância a interpretação realizada não precisa ser otimamente relevante para o destinatário; basta que para o comunicador ela tenha parecido assim. Ou seja, a informação será consistente com o Princípio de Relevância se o comunicador (falante/escritor) considerou que ela seria otimamente relevante para o ouvinte.

Esse critério – o da consistência com o Princípio da Relevância – é o que garantirá a única interpretação adequada do enunciado do comunicador. Segundo a Teoria da Relevância, comunicar, necessariamente, é requisitar a atenção de alguém através de um estímulo ostensivo; é implicar que a informação comunicada é relevante.

Para Sperber e Wilson,

as representações semânticas chegam a representar-se mentalmente como um processo automático e subconsciente de decodificação lingüística. Logo podem ser empregadas como esquemas de suposições para identificar primeiro a forma proposicional e depois as explicaturas de um enunciado. São somente estas explicaturas as que possuem efeitos contextuais e, por conseguinte, merecem uma atenção consciente (*ibidem*, p. 193).

1.5 OS TRÊS NÍVEIS REPRESENTACIONAIS

Sperber e Wilson (1995), bem como Carston (1988), afirmam que no processo inferencial três níveis representacionais são hipotetizados: a) o **nível formal lógico**, que depende da decodificação lingüística; b) o **nível da explicatura**, em que a forma lógica é desenvolvida a partir de processos inferenciais-pragmáticos; e, c) o **nível da implicatura**, que parte da explicatura, construindo inferências pragmáticas.

O NÍVEL FORMAL LÓGICO

Segundo esses autores, na comunicação humana, os sistemas de entrada de dados têm como função, entre outras, transformar as informações sensoriais em representações conceituais, para que passem a ter o mesmo formato, qualquer que seja a modalidade sensorial de que derivam.

Dessa forma, nesse processo, a mente envolve propriedades lógicas e não-lógicas. Para o processo cognitivo interessa a propriedade lógica, denominada por Sperber e Wilson (1995), de forma lógica (nível formal lógico).

Para esses autores, uma forma lógica é uma fórmula bem formada, um conjunto estruturado de constituintes que passa pelas operações lógicas formais determinadas pela sua estrutura (*ibidem*, p. 72).

A distinção que ocorre entre as operações lógicas e outras operações formais é o fato de a forma lógica preservar o valor de verdade, permitindo, desta forma, implicações e contradições, nas relações entre outras representações mentais.

A forma lógica constitui a base para construir a representação proposicional completa, alcançada através de um processo dedutivo, envolvendo designação de referência e desambiguação, ou informação contextual, desenvolvendo esquemas de suposição organizados na memória enciclopédica.

Sperber e Wilson classificam a forma lógica em: **proposicional** – sintaticamente bem formada e semanticamente completa; e **não-proposicional** – sintaticamente bem formada, mas semanticamente incompleta.

Observe-se, o enunciado (3) dentro do seguinte contexto, dois jovens conversam sobre o irmão de um deles, que acabara de chegar..

(4) Ele chegou cedo.

Esse enunciado será decodificado com a forma lógica-não proposicional da oração (5), por ser sintaticamente bem formado [SN (Ele) + SV[V (chegou) + Sadv (cedo) mas, semanticamente incompleto, tendo em vista que há necessidade de se recuperar o referente da entrada pronominal “ele”].

Entretanto, essa forma não-proposicional pode ser completada e enriquecida por meio de inferência, para produzir a forma proposicional da oração (5), sintaticamente bem formada e completa semanticamente.

(5) Ele chegou cedo (forma lógica não-proposicional).

(6) Ele = o irmão chegou cedo (forma lógica proposicional). → (7)

(7) João chegou cedo.

A derivação de (5) em (7), explica-se pelo enriquecimento inferencial, de que a entrada pronominal ‘ele’ refere-se a ‘o irmão que acabara de chegar’, desdobrado pela memória sêmantica [nome do irmão =João].

O NÍVEL DA EXPLICATURA

Sperber e Wilson introduzem o termo **explicatura**, analogia que realizam com o termo implicatura de Grice, enquadrando-a num nível pragmático situado entre a decodificação lingüística e a implicação contextual. É no nível da explicatura onde ocorrem várias operações pragmáticas que envolvem a atribuição de referência, desambiguação, resolução de indeterminâncias, interpretação de linguagem metafórica, enriquecimentos devido a elipses, entre outros.

Através da explicatura, pretende-se “descrever e explicar os níveis de compreensão desde a forma lógica, lexical e gramaticalmente determinada, até a forma proposicional da implicatura” (SILVEIRA e FELTES, 1999, p. 56) obtida através de um processo pragmático-inferencial. Nesse processo, o único conteúdo que se pode atribuir a uma sentença pela gramática é a forma lógica, representação geralmente incompleta, composicionalmente determinada, a partir dos conceitos nomeados por expressões individuais e da sua configuração lógica associada pela estrutura sintática da construção.

Não considerando apenas a distinção entre dito e implicado, essa proposta admite entre esses dois pólos a inserção de um nível intermediário de conteúdo explícito. Desta forma, uma explicatura define-se por ser a combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços conceituais inferidos contextualmente.

Na Teoria da Relevância, o nível explícito da comunicação é mais rico, possui caráter inferencial forte, justificando uma investigação pragmática maior do que fazem grande parte dos seguidores de Grice. Sperber e Wilson enfatizam o papel fundamental dos graus de explicitude, no processo comunicativo, afirmando que a decisão do falante sobre ser mais ou menos explícito depende do acesso que ele tem às fontes contextuais do ouvinte.

Outro postulado da TR diz respeito às atitudes proposicionais, ou seja, à atitude do comunicador em relação à proposição que ele expressa. Essa atitude não necessita ser evidenciada lingüisticamente, podendo ser recuperada no nível da explicatura, a partir do encaixe do conteúdo do enunciado do comunicador em uma descrição de alto nível da atitude do falante em relação à proposição que ele expressou. A atitude torna-se evidente através de pistas paralingüísticas.

Tomando-se o enunciado (4) “*Ele chegou cedo*”, provavelmente, a partir do *input* lingüístico somado aos inputs perceptuais da ambiente observável, (lembrar-se que a poucos momentos falavam do seu irmão, João, que havia avisado que viria visitá-la), ou seja, do contexto mentalmente representado, recupere a interpretação pretendida pelo comunicador, através de suposições construídas inferencialmente.

O NÍVEL DA IMPLICATURA

A implicatura é toda suposição comunicada, mas não de forma explícita, sendo recuperada por referência às expectativas manifestas do comunicador sobre como seu enunciado deveria atingir relevância ótima.

Para Sperber e Wilson (1986, 1995) existe uma distinção entre premissas implicadas e conclusões implicadas, tendo em vista que as premissas implicadas são reconhecidas como implicaturas por serem manifestamente mais facilmente acessíveis e levarem a uma interpretação consistente com o princípio da relevância, enquanto que as conclusões implicadas são dedutíveis das explicaturas do enunciado e do contexto.

Tomando-se novamente o enunciado (4) “*Ele chegou cedo*”, o ouvinte (**O**) pode ter acessado o seguinte conjunto de informações:

- O₁**: Se o comunicador disse que “*Ele (irmão=João) chegou cedo*”, o comunicador devia estar achando que *Ele (o irmão=João) chegaria mais tarde*.
- O₂**: Se o comunicador achava que *Ele (o irmão =João) chegaria mais tarde*, então João não costuma chegar cedo.
- O₃**: O comunicador quer que eu saiba que João não costuma chegar cedo.
- O₄**: → **I**: João costuma chegar tarde.

1.6 RELEVÂNCIA E ESTILO

Em *Relevance*, Sperber e Wilson delineiam algumas implicações de sua teoria no estudo de efeitos estilísticos determinados pela estrutura lingüística do enunciado e alcançados durante o processo de identificação de sua forma proposicional. Segundo eles, esses efeitos devem ser tratados como informações de primeiro e segundo planos que permitiriam explicar todos os efeitos possíveis no enunciado.

Considerando que sempre que o comunicador tiver a intenção de produzir um enunciado que seja relevante, ele terá dois objetivos: o de criar algum efeito contextual em seu interlocutor, isto é, modificar o conjunto de informações que seu interlocutor já tenha sobre alguma coisa/alguém; e, de reduzir o custo de processamento que essa modificação envolve.

Sperber e Wilson demonstram em sua teoria que dois enunciados com a mesma forma proposicional podem apresentar diferenças tanto nos seus efeitos contextuais como no esforço que eles exigem.

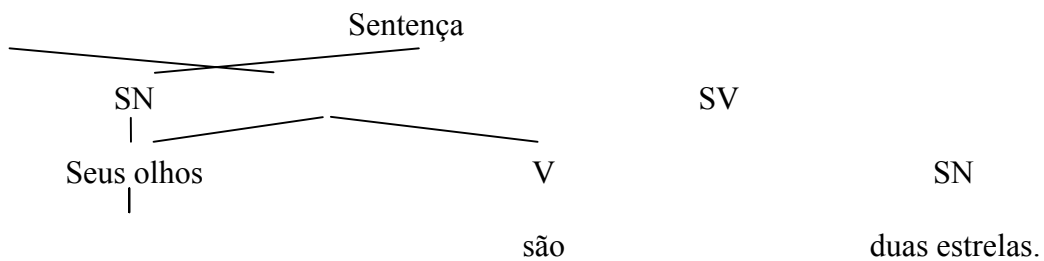
Sendo os enunciados produzidos e processados passo a passo, o interlocutor acessa alguns de seus constituintes, com suas entradas lógicas e enciclopédicas associadas, antes de outros. Para eles, a exploração eficiente dessa seqüência temporal é essencial para a desambiguação e atribuições de referências.

Quanto mais depressa se conseguir a desambiguação e se atribuir referências, menos esforço de processamento será necessário. Quanto maior for o número das interpretações possíveis a que se tenha de estar atento, à medida que procede à elocução, maior será o esforço de processamento. Segue-se daqui que uma pessoa falante que tenha como objetivo uma relevância ótima deverá formar o seu enunciado de modo a facilitar a desambiguação correta (SPERBER e WILSON, 1995, p. 204).

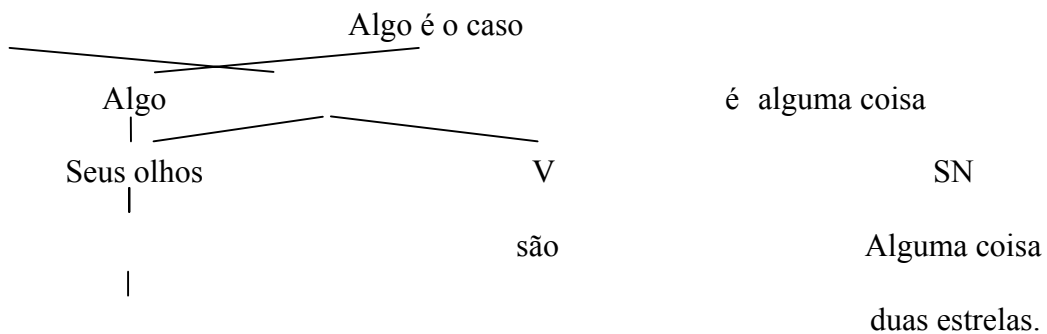
A partir do tratamento dado à desambiguação e à atribuição de referência, pela literatura experimental, ao considerá-las como processos de “cima para baixo”, ou seja, o interlocutor forma hipóteses antecipatórias sobre a estrutura lógica geral e resolve as ambigüidades e ambivalências nela baseadas, SW propõem um modo de construir hipóteses lógicas antecipatórias baseadas em hipóteses sintáticas antecipatórias. Como ilustração, utilizo as formas sintática e lógica do enunciado:

(8) Seus olhos são duas estrelas.

Forma sintática:



Representação do evento do processamento lógico:



Segundo Sperber e Wilson, uma representação proposicional de que algo – “Seus olhos” é alguma coisa – “duas estrelas”, transmitiria por via de etiquetas encontradas nos nós do seu diagrama em árvore, a informação de que algo é alguma coisa, de que algo são duas

estrelas, de que seus olhos são duas estrelas, de que seus olhos são alguma coisa, e assim por diante.

Resta ainda resolver a metáfora apresentada no enunciado, provavelmente, através do seguinte processo dedutivo:

Se seus olhos são duas estrelas e as estrelas brilham,
então, seus olhos brilham como estrelas.

Sendo bem sucedida a comunicação, o ouvinte tem suas hipóteses antecipatórias corretas, lançadas durante o processo de interpretação do enunciado, confirmadas. Por sua vez, o falante alcançou a relevância ótima.

As hipóteses antecipatórias que serão confirmadas relacionam-se entre si logicamente, ou seja, uma é implicada pela outra, formando uma escala em que “cada membro implica analiticamente o membro que se encontra na posição anterior e é analiticamente implicado pelo membro que vem logo a seguir” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 208)

O exemplo apresentado (8) “Seus olhos são duas estrelas” possui como correspondente a seguinte escala focal:

- a. Seus olhos fez algo./O que seus olhos fez?
- b. Seus olhos são algo./ O que seus olhos são?
- c. Seus olhos são duas estrelas.

Na continuidade, poder-se-ia ter:

- d. Seus olhos são duas estrelas que fazem algo/ O que seu olhos (que são duas estrelas fazem?

A resposta possível a essa pergunta seria qualquer ação possível de ser atribuída a estrelas, como por exemplo:

- e. Seus olhos (estrelas) brilham
- f. Seus olhos brilham como estrelas. (resolução da metáfora)

Como pode ser observado, as implicações contidas na escala focal de um enunciado não são processadas ao mesmo tempo.

Sperber e Wilson explicam, ainda, que o processamento de cada implicação da escala focal pode contribuir para a relevância total do enunciado de duas formas: reduzindo o esforço necessário para processá-la, ou aumentando seus efeitos contextuais.

As implicações que possuem seus próprios efeitos contextuais sendo, por isso, relevantes por si próprias, são denominadas implicações de primeiro plano (*foreground implications*); por outro lado, as que contribuem para a relevância de forma indireta, facilitando o acesso a um contexto no qual efeitos contextuais são obtidos, são denominadas de implicações de segundo plano (*background*). Desta forma, segundo os autores, o foco de um enunciado seria o menor constituinte sintático cuja substituição por uma variável resulta numa implicação de segundo plano ao invés de uma de primeiro plano.

Sperber e Wilson observam, também, que o comunicador adapta seu enunciado à forma como o ouvinte o irá processar, inexistindo quaisquer normas pragmáticas ou regras de interpretação especiais.

1.7 EFEITOS POÉTICOS

Os autores de *Relevance* consideram que o estilo é o relacionamento, tendo em vista que através do estilo de uma comunicação pode-se inferir algumas considerações feitas pelo falante/escritor, como por exemplo, aquilo que ele considera sobre as capacidades cognitivas e sobre a atenção do ouvinte. Além disso, afirmam que o comunicador não só pretende alargar o ambiente cognitivo mútuo que partilha com seu interlocutor, como também, pressu-

põe um certo grau de mutualidade, que, muitas vezes, é evidenciada pelo estilo que utiliza. Ou seja, como o comunicador tem que escolher alguma forma para que possa transmitir sua mensagem, a forma escolhida deixa transparecer suas suposições sobre os recursos contextuais e as capacidades de processamento do interlocutor. O estilo surge, portanto, a partir da busca pela relevância.

Para a TR a linguagem figurada é uma variedade de estilo e a tarefa do ouvinte em face de sua utilização é a de que essa linguagem foi utilizada visando atingir a relevância ótima. Quando da sua utilização pelo falante/escritor, o interlocutor é encorajado a ser imaginativo e assumir uma grande parte da responsabilidade da interpretação.

Sperber e Wilson denominam de efeitos poéticos o efeito peculiar produzido por um enunciado que consegue a maior parte de sua relevância a partir de um largo leque de implicaturas fracas.

É de opinião desses autores que os efeitos poéticos aumentam consideravelmente a manifestação de um grande número de suposições levemente manifestas, criando impressões comuns, não conhecimentos comuns; e que eles resultam da apreensão de uma grande gama de implicaturas muito fracas ao contrário da busca vulgar da relevância.

Em relação aos tropos, afirmam que

em muitos casos – talvez na maioria – a forma proposicional de um enunciado não é em absoluto uma explicatura. É assim no caso dos tropos, por uma parte, e dos atos de fala não-assertivos, por outra. Normalmente, esses dois tipos de enunciados não são considerados como particularmente relacionados (1995, p. 224);

e que a preocupação principal dos estudos realizados nessas áreas voltam-se aos problemas de classificação, contribuindo muito pouco sobre as formas possíveis de explicá-los, os autores de *Relevance* (1995) divergem da maioria dos teóricos não compartilhando, como já observa-

do, “esta idéia de que as forças ilocucionárias e os tropos definam dois campos homogêneos e radicalmente distintos” (*ibidem*, p. 226).

Essa postura leva-os a sugerir um novo enfoque, fundamentado em uma distinção entre interpretação e descrição desprendida naturalmente da explicação da comunicação ostensivo-inferencial. Segundo Sperber e Wilson,

qualquer representação com uma forma proposicional, e em particular qualquer enunciado, pode ser usado para representar coisas de duas formas distintas. Pode representar algum estado de coisas em virtude de que sua forma proposicional reflete fielmente esse estado de coisas; nesse caso, diremos que a representação é uma descrição, ou que é usada descritivamente. Ou pode representar alguma outra representação que também tenha uma forma proposicional – um pensamento, por exemplo – em virtude da semelhança existente entre as duas formas proposicionais; neste caso nós diremos que a primeira representação é uma interpretação da segunda, ou que é utilizada interpretativamente (*ibidem*, p. 228 -229).

Os enunciados são utilizados interpretativamente para representar tipos de enunciados ou pensamentos que são validados por suas propriedades intrínsecas. Porém, Sperber e Wilson consideram que “há um uso interpretativo essencial dos enunciados: no nível mais básico, todo enunciado é usado para representar um pensamento do falante” (*ibidem*, p. 230).

Segundo os autores de *Relevance* (1995), para a maioria dos pragmaticistas ou filósofos da linguagem, o significado de um enunciado tem que ser uma expressão literal, ou seja, uma reprodução idêntica de um pensamento do falante. Entretanto, Sperber e Wilson opondo-se ao modelo de código e as limitações estritamente gramaticais por ele impostas, afirmam:

Nós cremos que a comunicação verbal implique que um falante emite um enunciado como uma interpretação pública de um de seus pensamentos e que o ouvinte construa uma interpretação mental deste enunciado e, por conseguinte, do pensamento original. Poder-se-ia dizer que um enunciado é **um a expressão interpretativa de um pensamento do falante** e que **o ouvinte constrói uma suposição interpretativa sobre a intenção informativa do falante** (1995, p. 231) (grifo meu).

Desta forma, todo e qualquer enunciado implicará duas relações: uma relação entre sua forma proposicional e um pensamento do falante; e, uma relação entre esse pensamento e o que representa.

Para eles, as relações básicas que se encontram nos tropos e nas forças ilocutivas estão representadas no diagrama *Aspectos da comunicação verbal* (ver figura 1), ou seja,

a metáfora envolve uma relação interpretativa entre a forma proposicional de um enunciado e o pensamento que representa; a ironia envolve uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e o pensamento ou enunciados atribuídos a outros; a asserção envolve uma relação descritiva entre o pensamento do falante e um estado de coisas desejáveis; as interrogativas e as exclamativas implicam uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e outros pensamentos desejáveis (*ibidem*, p. 231)

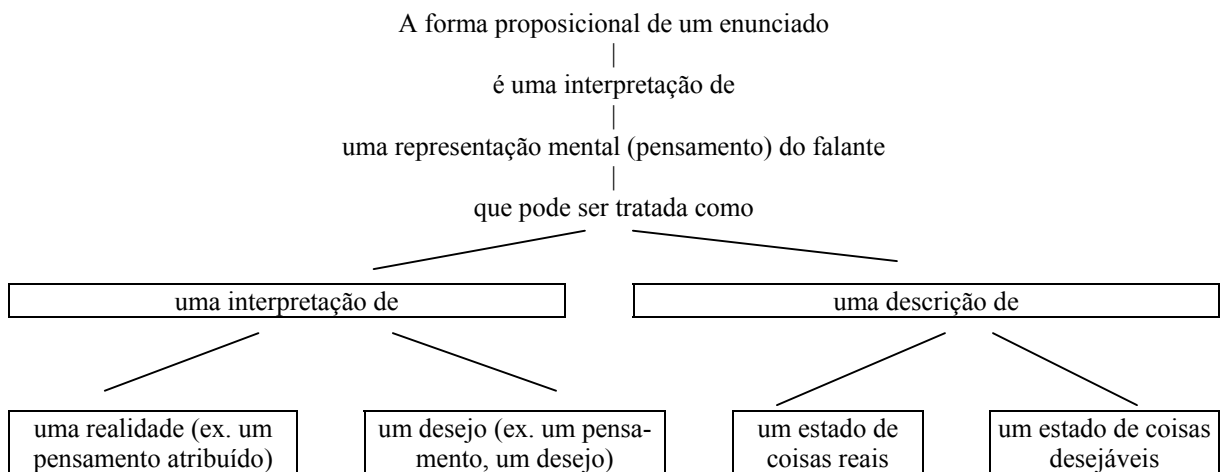


Figura 1 – Aspectos da comunicação verbal, segundo Sperber e Wilson (1995, p. 232):

Tendo por base a Teoria da Relevância, não há razão para que pensemos que uma interpretação interpretativa de um pensamento seja sempre a mais literal possível. Espera-se que o falante objetive não a verdade literal, mas a **relevância ótima**. Assim sendo, a expressão otimamente interpretativa de um pensamento deveria dar ao ouvinte informações sobre

aquele pensamento que é relevante o suficiente para que valha a pena o processamento e deveria exigir o menor esforço de processamento possível.

Há situações nas quais um falante, tendo como meta a relevância ótima, não deveria dar uma interpretação literal de seu pensamento, e o ouvinte não deveria tratar o enunciado como literal. Nessas situações mais de uma interpretação é ativada na mente do ouvinte sendo que só uma ou todas estão sendo realmente comunicadas, mas a seleção desta(s) fica ao encargo do ouvinte.

Supõe-se, desta forma, que tudo que o ouvinte pode considerar como certo é que um enunciado é concebido para ser uma interpretação de um dos pensamentos do falante, significando que toda vez que uma suposição seja expressa o ouvinte tenha que computar todas as suas implicações lógicas e contextuais, selecionando entre elas que subconjuntos são implicações do pensamento do falante. Na Teoria da Relevância, isso é desnecessário. Se o falante faz bem o seu trabalho, tudo que o ouvinte precisa fazer é começar a computar em ordem de acessibilidade, as implicações que poderiam ser relevantes a ela, adicionando-as à interpretação geral do enunciado até que seja relevante o suficiente para ser coerente com o Princípio da Relevância. Observe-se: “[...] o ouvinte somente deverá interpretar um enunciado como plenamente literal quando nada a não ser a plena literalidade possa confirmar a presunção de relevância” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 234).

Os autores de *Relevance* afirmam que, em geral, quanto maior a série de implicações potenciais e maior a responsabilidade do ouvinte em construí-las, tanto mais poético o efeito. Nos casos mais ricos e bem sucedidos, o ouvinte/leitor pode ir além da mera exploração do contexto imediato e das entradas para conceitos envolvidos nela, acessando uma área

ampla de saber. O resultado é complexo, pelo qual o ouvinte deve tomar uma boa parte da responsabilidade, mas cuja descoberta foi desencadeada pelo falante.

A surpresa ou beleza de uma metáfora criativa bem sucedida está em sua condensação, no fato de que uma única expressão, usada de maneira solta, determina uma ampla série de implicaturas fracas aceitáveis. Para Sperber e Wilson

A metáfora e uma variedade de tropos relacionados a elas (por exemplo, a hipérbole, a metonímia, a sinédoque) são simplesmente explorações criativas de uma dimensão perfeitamente comum do uso da linguagem. A busca pela relevância ótima leva o falante a adotar, em diferentes ocasiões, uma interpretação mais ou menos fiel de seus pensamentos. Em alguns casos o resultado é a literalidade, em outros a metáfora. Desta forma, a metáfora não requer capacidades ou procedimentos interpretativos especiais: é o resultado material de algumas capacidades e procedimentos usados na comunicação verbal (1995, p. 237).

1.8 ESTRUTURAS E FUNÇÕES DO DISCURSO LITERÁRIO

Segundo D'Onofrio (2002), definir literatura é uma tarefa um tanto ingrata, pois a própria palavra (originada do Latim *littera*, significando letra) sofreu uma evolução semântica fazendo com que o termo adquirisse diferentes sentidos com o passar do tempo.

O autor coloca que as primeiras definições de literatura de que se tem conhecimento remontam de Platão (428-7 a.C a 348-7 a.C) quando este estabeleceu o conceito de mimese (ou imitação artística). Em sua Poética, Aristóteles (384 -322 a.C.), discípulo de Platão, admite, embora sob outro ponto de vista, o caráter mimético das artes, reforçando-o com a noção de verossimilhança.

Compreendendo esta dificuldade de conceituar a literatura e percebendo-a sob um enfoque integral (estrutural, psicológico, etnográfico e antropológico), van Dijk afirma que “a

literatura [...] se define essencialmente em termos do que alguma classe social e algumas instituições (a escola, as universidades, os livros de textos, os críticos etc.) chamam e *decidem* usar como literatura” (1986 p. 113).

O caráter literário de um discurso não é dado a priori por uma estética que o suporte, pois a literalidade não vem a ser uma atribuição, unânime, líquida e certa, mas definida obra a obra, estética. Desta forma, o que é literário para um pode ser o antípoda do literário para outros. Por isso, considero relevante a afirmação de van Dijk, quando diz que “não há traços estruturais característicos de discursos literários que tomados em separado, não apareçam também em outros tipos de discurso”. A literatura não é um tipo de discurso homogêneo, mas, como diz van Dijk, “uma família de tipos pode ter estruturas textuais muito distintas; a unidade é o resultado de funções socioculturais similares” (*ibidem*, p. 118-119).

Como o discurso literário respeita as mesmas normas operacionais de outros discursos, mesmo nos casos em que ocorre a subversão ou o desvio das normas, um conhecimento das possíveis estruturas do uso da linguagem faz-nos perceber que não difere dos outros, possuindo coerência. Segundo van Dijk,

em nossa cultura aparentemente há contra-exemplos de tipos de discurso literário que parecem não satisfazer os alinhamentos básicos da tradição de ‘marcar’ discursos literários. Assim, na poesia moderna temos “poemas” que são fragmentos de discursos que também tem outras funções: traços de conversação natural, textos de periódicos, relações de nomes tomadas da lista telefônica [...] Os discursos literários podem ser marcados de muitas maneiras, porém as ‘marcas’ se *dividem* em duas classes fundamentais. Primeiro podem pertencer às regras, categorias e estruturas da gramática. [...] A segunda classe de operações de marca não opera ‘dentro’ da gramática porém, ‘sobre’ ela. Estas operações são parecidas às estruturas extras que se destina ao discurso. (1986 p. 122).

Algumas estruturas retóricas aparecem, principalmente, nos discursos literários, porém, a grande maioria delas são gerais e funcionam de forma variada – pragmática, cognoscitiva, social e esteticamente – como estruturas ‘marcadas’ de qualquer tipo de discurso. Van

Dijk enfatiza que as estruturas retóricas necessariamente não operam “dentro da” gramática. Elas podem modificar as estruturas gramaticais, mas isto não é uma obrigatoriedade. “As partes do primeiro conjunto de operações para marcar se sobrepõem como estrutura adicional às estruturas normais de um discurso, ou, em terminologia mais geral: são restrições derivacionais iniciais que compõem o que entra na gramática antes que se ‘produzam’ os respectivos níveis” (*ibidem*, p. 123).

As operações retóricas relacionadas à estrutura gramatical funcionam como regras de projeção semântica ou de transformação, que operam nos níveis **fonológico/grafêmico** – aliteração, rima, assonância etc; **morfológico** – na poesia moderna, especialmente na poesia concreta, podemos trocar sons, estrutura gráfica e a forma geral das palavras, podemos criar significados ou palavras novas que parecem expressar o significado de outras, já existentes; no **sintático** as operações podem afetar diretamente as regras sintáticas normais (paralelismos, inversões). A supressão sintática que ocorre nos textos literários, como nos textos da poesia moderna, também ocorre na conversação cotidiana. Alguns tipos de supressão possuem conseqüências cognoscitivas importantes que podem afetar o processo de compreensão, pois podem criar ambigüidade ou falta de precisão na interpretação, ressaltando-se, aqui, que este pode ser um recurso intencional.

As operações que se aplicam às estruturas semânticas podem provocar uma incoerência linear, o que, também, pode ser uma operação intencional, principalmente, em se tratando de poesia moderna e de algumas formas de prosa moderna. Fazem parte dessas operações as substituições de categorias ou tipos semânticos, freqüentemente encontrados na metáfora e na metonímia.

Van Dijk chama a nossa atenção para o fato de que “para poder identificar uma expressão metafórica, precisamos ter estabelecido o tema (ou macroestrutura) com respeito a que tipo ou categoria semântica seria, segundo uma primeira interpretação, incoerente” (1986 p. 127).

A tradição cultural em que estamos inseridos faz-nos perceber que

o conjunto de discursos literários realmente aceitos é um subconjunto daqueles discurso que são possivelmente literários devido a suas estruturas textuais [...] Isto significa que o que conta como literatura se determina em última instância por processos de recepção (*ibidem*, p. 133).

Desta forma, Van Dijk nos dá um enfoque pragmático do discurso literário, pois este tipo de discurso faz parte de um grupo, cujos membros possuem como característica comum serem definidos em termos da avaliação dos leitores ouvintes: o falante/autor deseja que seu discurso seja aceito pelo leitor/ouvinte. Além disso, ele nos lembra que a maioria dos textos literários é compreendida de maneira parecida, senão idêntica com aquela que é utilizada para a compreensão de outros discursos. Todavia, ele afirma que,

no processamento local de certas classes de discurso literário (a poesia moderna, por exemplo), pode haver operações cognoscitivas específicas necessárias para a compreensão de estruturas semigramaticais [...] O princípio básico da compreensão literária é o mesmo tanto nestes casos como na comunicação em geral: o leitor ‘buscará’ o significado, qualquer que seja a semigramaticalidade (inclusive a incoerência) do discurso. [...] Também pode ser desenvolvida a intenção de estabelecer vários significados possíveis. A ‘riqueza’ ou ambigüidade semânticas no processamento podem ser somente requerimentos normativos em certas culturas ou períodos (1986, p.137).

Creio, após essa breve exposição sobre do discurso literário, ter deixado explícito que não existe um estilo, um discurso exclusivamente literário, distinto em essência dos demais discursos e considero que este estatuto só lhe é atribuído por um juízo de valor estético.

Ao compor o discurso literário, o escritor lança mão, criativamente, dos mesmos recursos que estão disponíveis para a criação de qualquer discurso.

Essa afirmação que faço acerca da composição do recurso literário é pautada no que já foi exposto nessa secção, e, principalmente, nas considerações de Pilkington (1992) acerca da linguagem figurada e de Tosca sobre hipertextos e TR (2000).

Pilkington, em *Poetic effects* (1992) nos apresenta a TR como uma possibilidade para explicar a comunicação poética e a partir da Teoria da Relevância explica como ocorrem as representações poéticas, especificamente, a epizeuze e a metáfora.

Utilizando a metáfora central do poema *Digging*, de Seamus Heaneys, Pilkington demonstra que ela encoraja o leitor a derivar um grande número de implicaturas derivadas da exploração de entradas enciclopédicas para sua entrada conceitual e a usar suposições contextuais dessa entrada para inferir suposições sobre o poeta e sobre sua intenção na produção do poema.

Para ele, as considerações que a TR oferece acerca dos efeitos poéticos possibilitam uma excelente perspectiva em direção a uma teoria apropriada sobre os aspectos poéticos da comunicação, afirmando que a Teoria da Relevância fornece

uma estrutura na qual uma noção de representação poética pode ser desenvolvida. Uma representação poética é um pensamento complexo composto de um amplo leque de suposições fracas acessadas simultaneamente que, por repetição estabelece os grupos apropriados de condições, evoca um intenso e igualmente complexo estado afetivo ou emocional (1992, p. 49).

Tosca (2000), por sua vez, aplica a Teoria da Relevância aos hipertextos afirmando que a TR aponta um caminho para a sua compreensão, tendo em vista, serem considerados líricos por explorarem convenções cognitivas que se usam para interpretar os textos chamados de literários, especialmente poesia, e não porque em sua produção seja utilizado um tipo par-

ricular de figuras do discurso. Ela considera que a teoria de Sperber e Wilson serve igualmente para explorar como os links trabalham com os hipertextos ficcionais e não-ficcionais.

Além disso, segundo ela,

nós não precisamos conhecer um código especial para compreender literatura: o fato é que não olhamos para o mesmo tipo de contexto lendo uma revista de negócios como quando lemos uma poesia. A chave aqui é que há situações em que estamos interessados na exploração de um amplo leque de implicatura, mesmo se elas são fracas (por exemplo, literatura), e outras nas quais nos não estamos interessados e precisamos para a desambiguação de um enunciado (por exemplo, um carta para o banco). Nós temos objetivos diferentes e os textos possuem muitas funções sociais diferentes, então nós adaptamos nossas estratégias interpretativas para o caso (2000)

Espero ter demonstrado, que apesar de não ser utilizado o termo relevância, por muitos autores que estudam o discurso literário, ela já era manifesta, principalmente em van Dijk, tendo em vista, que na comunicação do discurso literário, a escolha desta ou daquela construção sintática, dependerá da intenção do autor em atrair a atenção do leitor, ou seja, dependerá do **estímulo ostensivo** realizado pelo autor, que encorajará do leitor a acessar contextos cognitivos para realizar sua interpretação, na busca pela relevância.

2 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, aplico a Teoria da Relevância nas interpretações do poema *O barro*, de Paulo Leminski. Para tanto, na primeira seção, apresento os procedimentos da análise dos dados para, na seção seguinte, dedicar-me à análise das interpretações selecionadas. A análise final dos resultados compõe o capítulo das conclusões.

2.1 DOS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Nesta pesquisa, procedo, primeiramente, à análise do texto *O Barro*, de Paulo Leminski, depreendendo a explicatura de seus enunciados, aplicando a escala focal, conforme Sperber e Wilson (1995, seção 4.5). Em seguida, busco descrever e explicar processos cognitivos utilizados nas interpretações dos sujeitos de pesquisa, utilizando-me dos três níveis representacionais – forma lógica, explicatura e implicatura.

Especificamente, busco (re)construir a dinâmica dos processos inferenciais, a fim de demonstrar o cálculo dedutivo não-demonstrativo utilizado. Para isso, levo em consideração as seguintes etapas presentes nesse processo de elaboração dos enunciados, as quais formalizo utilizando-me de formulação similar a de Rauen (2005, p. 37-39).

Fórmula 1:

Antes mesmo de o intérprete elaborar seu texto interpretativo, tarefa-alvo, ele procedeu à leitura do Poema *O Barro* de Paulo Leminski. Vou formalizar essa tarefa prévia do seguinte modo. A leitura (L) do intérprete (I) no tempo inicial (t_1) é uma função (f) dos enunciados do poema *O Barro* de Paulo Leminski (E_{LK}) nesse tempo inicial (t_1) ambientado no contexto cognitivo do intérprete nesse tempo inicial (C_{I1}).

$$L_I = f(E_{LK}t_1.C_{I1}).$$

Fórmula 2:

Todavia, há de se considerar que esse contexto cognitivo inicial já havia sido influenciado pelas falas do docente, quando este contextualizou a atividade. Posto isso, o contexto inicial do intérprete é uma função (f) de pistas sobre o poema (E_{LK}), conforme apresentadas pelo docente, no momento prévio (t_0), ambientado no Contexto Cognitivo do intérprete nesse mesmo momento prévio (C_{I0}). Com base no exposto, a formulação se expande da seguinte forma:

$$L_I = f(E_{LK}t_1.C_{I1} > (f E_{LK}t_0.C_{I0})).$$

Fórmula 3:

Na tarefa-alvo (t_2), ou melhor, na interpretação do poema propriamente dita, o enunciado do intérprete (E_I) é função (f) dos enunciados do poema no tempo dois ($E_{LK}t_2$), ambientado no contexto cognitivo do intérprete nesse mesmo tempo dois (C_{I2}), que já havia

vido influenciado pela leitura inicial e contextualização da tarefa: leia-se é uma função (f), como exposto na primeira formulação e, agora, representado por (ρ).

$$E_{1t_2} = f E_{LKt_2}.C_{1t_2}(f\rho).$$

Fórmula 4:

Os enunciados que compõem a interpretação do analista (E_A) no tempo três (t_3), por sua vez, é função (f) dos enunciados do intérprete no tempo dois (E_{1t_2}), interpretação essa que já havia sido influenciada nos termos da segunda formulação e, agora, representado por (ρ), ambientada no contexto cognitivo do analista no tempo três (C_{At_3}) (ressalte-se, influenciada pelo conhecimento da Teoria da Relevância e do texto de Leminski, pelo analista).

$$E_{At_3} = f E_{1t_2}(f\rho).C_{At_3}.$$

Com base no que expus nas seções anteriores, passo agora a explicitar os procedimentos, tendo em mente as circunstâncias reais da pesquisa. Como foi dito, a primeira ação do docente foi a de contextualizar a tarefa. Essa ação, provavelmente, influenciou o ambiente cognitivo dos sujeitos, uma vez que fez parte do contexto de interpretação como expresso na primeira formulação.

$$L_I = f(E_{LKt_1}.C_{1t_1}(f E_{LKt_0}.C_{1t_0})).$$

Apresento, a seguir, um conjunto mínimo de suposições que, provavelmente, fez parte do contexto cognitivo do intérprete, na leitura e na conseqüente interpretação, e que, até mesmo, antecede a apresentação do texto de Paulo Leminski.

S₁ – A interpretação faz parte de uma aula de Língua Portuguesa do curso de Capacitação.

S₂ – Interpretar o texto é dizer o que se entendeu dele.

S₃ – A interpretação do texto será lida pela professora.

S₄ – A interpretação vale nota.

Antes da entrega do texto aos alunos, o docente apresentou dados sobre o autor e algumas explicações sobre o texto. Veja-se a transcrição livre dos termos utilizados:

O texto é de Paulo Leminski, escritor paranaense, mestre no trabalho com a palavra. O texto não tem título, e como, geralmente, ocorre, é denominado pelo primeiro verso – o barro. A interpretação é individual e durante a sua realização não pode haver comunicação entre os alunos.

Após essa explanação, o contexto cognitivo inicial pôde ser expandido, provavelmente, com as suposições que se seguem, tendo em vista que as informações dadas pelo professor (informações novas) somadas às que os alunos já possuem (informações velhas) criam efeitos contextuais que ampliam o ambiente cognitivo inicial.

S₆ – O texto apresenta versos.

S₇ – O texto apresentado é um poema.

S₈ – Poema é um tipo de texto literário.

S₉ – A linguagem literária geralmente é uma linguagem figurada.¹⁷

Em seguida, apresentei o texto e solicitei aos sujeitos/alunos que escrevessem a sua interpretação. Nessa fase, os sujeitos procederam à leitura do texto. Nesse contexto, potencializou-se a influência do poema:

$$L_1 = f(E_{LKt_1}.C_{It_1}(f_{E_{LKt_0}.C_{It_0}})).$$

¹⁷ Essa expansão pode ser deduzida, tendo em vista que as aulas anteriores foram sobre a linguagem literária e a professora havia enfatizado o seu sentido figurado.

Veja-se o poema, que apresenta duas estrofes:

O barro
Toma a forma
Que você quiser

Você nem sabe
Estar fazendo
O que o barro quer

(LEMINSKI, 1983)

O poema comporta-se como **estímulo ostensivo**. Trata-se de dois enunciados lingüísticos, que correspondem às suas duas estrofes. Sobre eles, aplico a ‘escala focal’ proposta por Sperber e Wilson (1995), com o propósito de demonstrar, didaticamente, a <provável> construção de sua forma lógica, por um leitor virtual.

Observe-se:

[1] O barro...

Durante o processamento, ao deparar-se com o *input* lingüístico ‘o barro’, o leitor aciona vários tipos de informação armazenada na memória sob esse endereço conceitual. Apesar de não ser relevante por si só, esse *input* lingüístico restringe o número de contextos possíveis de serem acessados. O leitor acessa entradas enciclopédicas associadas a ‘barro’ e, possivelmente, a primeira que surge é a de que ‘barro’ é o equivalente à argila.

Ao mesmo tempo, ele apreende um conjunto de endereços conceptuais que tenham ‘o barro’ como parte de sua entrada lexical. Ao atribuir ‘o barro’ à provável categoria sintática de Sintagma Nominal (SN), ele forma a hipótese sintática antecipatória de que a mesma será seguida por um Sintagma Verbal (SV) que lhe dará, através de uma substituição

de variável, a seguinte hipótese lógica antecipatória, em consequência da atribuição de caráter inanimado a ‘barro’:

[H₁] alguma coisa aconteceu com o barro.

Essa hipótese, por sua vez, gera uma questão relevante:

[Q₁] O que aconteceu com o barro?

O leitor deve supor que essa é uma questão que o escritor tencionava levantar, que a seqüência lhe dará respostas e que essa resposta será relevante dentro do contexto que ele foi encorajado, nesse momento, a processar.

[2] O barro toma...

O item lexical em seguida é ‘toma’, uma flexão do verbo tomar, que possui vários significados,¹⁸ entre os quais o leitor <provavelmente> escolheria entre:

[2’] O barro recebe/aceita.

[2’'] O barro assume/mostra.

A opção ocorre pelo significado mais relevante dentro do contexto acessível nesse momento e que está sendo construído no decorrer do processamento da forma lógica. Responde a questão [Q₁]: **o barro toma** e, conseqüentemente, confirma a hipótese [H₁]. Essa confirmação permite ao leitor lançar a hipótese sintática antecipatória de que esse SV será seguido de um SN, derivando a hipótese lógica antecipatória:

[H₂]: o barro toma alguma coisa.

Uma questão [Q₂] provavelmente é lançada:

¹⁸ Entre os significados dicionarizados, encontrados em Priberam/Dicionário on-line (2005), temos: 1. pegar em; 2. segurar, agarrar; 3. apreender, conquistar; 4. apoderar-se de, acometer, invadir, assaltar; 5. receber, aceitar; 6. beber; 7. comer; 8. adotar; 9. adquirir, contrair; 10. Assumir, mostrar, apresentar em si, dar mostras de.

[Q₂] O que o barro toma?

Seguem-se os itens lexicais ‘a forma’:

[3] O barro toma a forma...

Ao ser processada essa seqüência lexical, a hipótese [H₂] é confirmada a partir da resposta à questão [Q₂]: *O barro toma a forma*. Essa confirmação gera a hipótese sintática antecipatória de que esse SN deverá ser seguido da complementação de um Sintagma Preposicional (SP), possibilitando a hipótese lógica antecipatória e a questão que se seguem:

[H₃] o barro toma a forma de alguma coisa;

[Q₃] O barro toma a forma de quê?

Veja-se a seqüência:

[4] O barro toma a forma que...

O item lexical que o leitor processa em seguida é ‘que’. Esse item não responde à pergunta [Q₃] e o leitor mantém a entrada lógica em aberto. Provavelmente, algo como:

[4'] O barro toma a forma \emptyset [de algo/alguma coisa] que...

Mesmo assim, a entrada lexical ‘que’ permite antever que sua função é relativa, isto é, provavelmente, sua função é a de substituir os constituintes lógicos anteriores.

[4''] O barro toma a forma \emptyset [de algo/alguma coisa] que [a forma de alguma coisa]...

De qualquer modo, surge a hipótese antecipatória de que outras informações textuais são necessárias para a continuidade do processamento na forma lógica.

A hipótese antecipatória gerada é

[H₄] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] faz algo.

Questão levantada:

[Q₄'] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] faz o quê?

Veja-se a seqüência

[5] O barro toma a forma que você...

A entrada lexical 'você' nem confirma nem refuta [H₄']. O leitor, então, procede a tentativa de atribuição de referência a entrada pronominal 'você', fazendo considerações sobre que referentes podem ser relevantes dentro do contexto que lhe é acessível nesse momento. Dentre os referentes possíveis de serem atribuídos a 'barro' suponho encontrarem-se **oleiro, ser humano, ser universal, pessoas e leitor**. Essa última referência, hipoteticamente é mais forte que as outras pelo fato de o leitor estar lendo o texto.

Desta forma, suponho que o intérprete julgue que o autor está solicitando sua interação com o texto e com ele, o poeta. São acionados também os endereços conceituais que tenham como parte de sua entrada lexical 'você' e lhe sendo atribuída a categoria de SN, o leitor formula a hipótese sintática antecipatória de que 'você será seguido de um SV;

[H₅] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você fez alguma coisa

[Q₅'] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você fez o quê?

Veja-se a seqüência:

[6] O barro toma a forma que você quiser...

O leitor, tendo acesso à entrada lexical "quiser", provavelmente a reconhece como núcleo de um sintagma verbal, cujo domínio antecipa um sintagma nominal, derivando:

[H₆] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisera alguma coisa.

[Q₆] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisera o quê?

A primeira estrofe do poema de Leminski, como se sabe, termina com o item lexical ‘quiser’ e, desse modo, deixa em aberto a provável complementação lógica. Isso permite ao leitor questionar-se sobre essa complementação.

Provavelmente, há duas complementações candidatas:

[H₆[?]] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisier ∅ [fazer do barro].

[H₆[?]] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisier ∅ [dar ao barro].

Por fim, podem ser atribuídos ao enunciado às complementações de tempo e de lugar, como se seguem:

[H₇[?]] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisier ∅ [fazer do barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

[H₇[?]] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quisier ∅ [dar ao barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

Processado o primeiro enunciado, o leitor passa a considerar o segundo.

[8] Você...

A entrada lexical ‘você’, nesse momento, já possui um candidato à referente que, provavelmente, é retomado. O item lexical, apesar de não ser relevante em si mesmo, restringe os contextos possíveis de serem acessados. A provável atribuição de função sintática de SN ao item lexical ‘você’ leva o leitor a formar a hipótese sintática antecipatória de que esse SN será seguido de um SV, gerando, possivelmente, as seguintes hipóteses e questões lógicas antecipatórias, conforme atribua-se caráter agentivo ou não-agentivo à entrada lexical:

[H₈[?]] Alguma coisa envolvendo você [aquele que está lendo] aconteceu.

[Q₈[?]] O que aconteceu envolvendo você [aquele que está lendo]?

[H₈[?]] Você [aquele que está lendo] fez alguma coisa.

[Q₈[?]] O que você [aquele que está lendo] fez?

O enunciado segue com a entrada lexical ‘nem’

[9] Você [aquele que está lendo] nem...

O item lexical em questão leva às seguintes modificações das hipóteses e questões antecipatórias, não sendo relevante por si mesmo, e restringindo o argumento do enunciado.

[H₉’] Alguma coisa envolvendo você [aquele que está lendo] nem aconteceu.

[Q₉’] O que nem aconteceu envolvendo você [aquele que está lendo]?

[H₉’’] Você [aquele que está lendo] nem fez alguma coisa.

[Q₉’’] O que você [aquele que está lendo] nem fez?

O próximo item lexical é ‘sabe’:

[10] Você [aquele que está lendo] nem sabe...

O *input* lingüístico ‘sabe’ apaga ‘H₉’. Cabe aqui destacar que à entrada lexical ‘você’ não cabe a interpretação de caráter não-agentivo, como se percebe na primeira estrofe. Retomarei esse ponto mais adiante. Além disso, ‘sabe’ aciona as entradas enciclopédica e lógica do endereço conceptual ‘sabe’ e é processado pelo leitor como núcleo de um sintagma verbal, cujo domínio provavelmente deve conter um sintagma nominal, o que faz o leitor formular a hipótese e a questão que se seguem:

[H₁₀] Você [aquele que está lendo] nem sabe alguma coisa.

[Q₁₀] você [aquele que está lendo] nem sabe o quê?

O enunciado apresenta a seguinte seqüência:

[11] Você nem sabe estar ...

A seqüência lexical em questão não responde completamente à Q₁₀, permitindo gerar a hipótese e a questão antecipatória que se seguem.

[H₁₁] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar alguma coisa.

[Q11] você [aquele que está lendo nem sabe estar o quê?

Veja-se a seqüência do enunciado

[12] Você nem sabe estar fazendo ...

A seqüência lexical em questão responde parcialmente à Q₁₁, permite gerar a hipótese e a questão antecipatória que se seguem.

[H₁₂] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo alguma coisa.

[Q₁₂] você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o quê?

Veja-se como o enunciado continua

[13] Você nem sabe estar fazendo o...

A entrada lexical ‘o’ pode acionar várias entradas enciclopédicas. Todavia, sua conformação à forma lógica em tela permite compreendê-la enquanto pro-forma substituidora de um sintagma nominal e, dessa forma, responder parcialmente à ‘Q₁₁’.

[H₁₃] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa].

Todavia, o enunciado agrega o item lexical ‘que’. A interpretação mais acessível nesse momento é a de que o item lexical ‘que’ é uma pro-forma relativa e, desse modo, replica a variável lógica anterior. Além disso, esse item lexical não é relevante por si mesmo, mas permite restringir a interpretação, antevendo a hipótese e a questão antecipatória que se seguem.

[14] Você nem sabe estar fazendo o que...

[H₁₄] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] faz algo.

[Q₁₄] você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] faz o quê?

Repare-se que o acréscimo de esforço de processamento deve ser compensado por ganhos cognitivos. Veja-se a seqüência do enunciado:

[15] Você nem sabe estar fazendo o que o barro...

Nesse ponto do processamento, da mesma forma que se pode esperar um estranhamento do leitor, também pode ser razoável levantar a suposição de que o leitor atribuirá o mesmo referente a barro que havia escolhido no primeiro enunciado. Nada obsta que a interpretação *default* de que barro equivale à argila seja retomada. A inserção dessa entrada lexical permite antecipar que ‘o barro’ deve ser um sintagma nominal, provavelmente dominado por uma sentença. Desse modo, a hipótese H₁₂ de que a entrada lexical ‘que’ já seria seguida de um sintagma verbal é revista. Nessa revisão, a hipótese mais provável é a de que o item lexical ‘que’ equivale ao sintagma nominal dominado pelo sintagma verbal. Veja-se.

[H₁₅] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro faz.

[Q₁₅] você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] barro faz o quê?

Veja-se a seqüência do enunciado:

[16] Você nem sabe estar fazendo o que o barro quer...

A hipótese antecipatória é confirmada. A entrada lexical ‘quer’ corresponde ao dito núcleo do sintagma verbal. Não sendo relevante por si mesma, ela permite antecipar a hipótese e a questão que se seguem:

[H₁₆] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer fazer.

[Q₁₆] você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] barro quer fazer o quê?

O segundo enunciado, como o primeiro, não complementa a forma lógica. Nesse caso, como no primeiro, podem-se levantar duas complementações candidatas:

[H₁₇'] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [fazer] ∅ [do barro].

[H₁₇''] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [dar] ∅ [ao barro].

Como adotado no enunciado anterior, o enunciado 2 é balizado pelas circunstâncias de lugar e de tempo, o que gera a seguinte hipótese:

[H₁₈'] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [fazer] ∅ [do barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

[H₁₈''] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [dar] ∅ [ao barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

Vejam-se, agora, os dois enunciados em conjunto:

[H₇'] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quiser ∅ [fazer do barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

[H₁₈'] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [fazer] ∅ [do barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

Ou:

[H₇''] O barro toma a forma ∅ [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quiser ∅ [dar ao barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

[H₁₈''] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer ∅ [dar] ∅ [ao barro] ∅ [no tempo_i] ∅ [no lugar_i].

Nesse ponto do processamento, suponho que o leitor, provavelmente, deva ter detectado a oposição entre o caráter passivo, na primeira estrofe, dado ao item lexical 'barro' e o caráter agentivo-reflexivo, dado ao mesmo item lexical, na segunda estrofe. Essa percepção autoriza o intérprete a estabelecer a hipótese de que os dois enunciados estão em relação de oposição. Veja-se o resultado.¹⁹

¹⁹ Por conveniência, optou-se por [H₇' e H₁₈'].

[H₁₉] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quiser \emptyset [fazer do barro] \emptyset [no tempo_t] \emptyset [no lugar_l]. \emptyset [mas] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer \emptyset [fazer] \emptyset [do barro] \emptyset [no tempo_t] \emptyset [no lugar_l].

A hipótese H₁₉ não apenas captura a oposição entre os enunciados, mas também leva a refletir sobre as balizas de tempo e de lugar. Nesse caso, o leitor deveria perceber a saliência da semelhança das circunstâncias de tempo e de lugar, que expresso, a seguir, pelo acréscimo de “mesmo” na explicatura do segundo enunciado.

[H₂₀] O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quiser \emptyset [fazer do barro] \emptyset [no tempo_t] \emptyset [no lugar_l]. \emptyset [mas] Você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer \emptyset [fazer] \emptyset [do barro] \emptyset [no **mesmo** tempo_t] \emptyset [no **mesmo** lugar_l].

Portanto, suponho que esse leitor virtual atendo-se à forma lógica que se desenvolveu do enunciado do poema, tem a percepção da junção entre processo/produto; criatura/criador; inanimado/animado compreende que a ação passiva/agentiva-reflexiva atribuída a barro ocorre num mesmo tempo_t e num mesmo lugar_l qualquer.

Entretanto, se essa relação paradoxal não for apreendida, pode ocorrer uma interpretação diferente, na qual os tempos são distintos, ou seja, o caráter passivo de barro ocorre no tempo **t**, enquanto o caráter agentivo-reflexivo ocorre no tempo **t'**, perdendo-se, no caso de os tempos serem distintos, o caráter paradoxal da própria formulação lógica do poema.

Cabe salientar que os procedimentos até aqui desenvolvidos reforçam a tese de que o conteúdo lingüisticamente codificado subdetermina o que é comunicado. No caso do poema em questão, é de suma importância que o intérprete recupere a relação entre as estrofes, de modo a capturar não somente que o argumento da segunda se opõe ao argumento da primeira, mas também que essa oposição é paradoxal. Qualquer interpretação que ignore esse preenchimento e a percepção do paradoxo entre elas não captura a relação entre as estrofes.

Além disso, isso implica a possibilidade de que o item lexical ‘barro’ não equivalha à argila e mesmo que o item lexical ‘você não equivalha, necessariamente ao leitor *ad hoc* do poema.

EM SÍNTESE

O poema *O barro*, de Paulo Leminski, apresenta a seguinte forma lingüística:

(1) **Forma Lingüística:** O barro toma a forma que você quiser. Você nem sabe estar fazendo o que o barro quer.

Essa forma lingüística, como se viu, é semanticamente incompleta. Ela se comporta no interior de uma forma lógica que pode ser expressa numa formulação sintática ou semântica (SILVEIRA e FELTES, 1999).

Veja-se a formulação sintática:

(2) **Forma Lógica** (formulação sintática): [S1 [S2 [SN [O barro]] [SV [V [toma]] [SN [a forma [SP [Ø]]]]] [S3 [SN [Você]] [SV [V [quer Ø]] [SN [a forma [SP [Ø]]]]]]] [SAdv_{tempo} [Ø] [SAdv_{lugar} [Ø]]] mas [S4 [SN [Você]] [Neg [nem]] [SV [V [sabe estar fazendo]] [SN [o]] [S5 [SN [o barro]] [SV [V [quer Ø]] [SN [QUE]] [SP [Ø]]]]] [[SAdv_{tempo} [Ø] [SAdv_{lugar} [Ø]]].

Essa formulação pode ser resumida como em (2’):

(2’) **Forma Lógica** (formulação sintática resumida): [S1[S2[S3]] *mas* [S4[S5]]].

Veja-se a formulação semântica:

(3) **Forma Lógica** (formulação semântica): ((tomar, x, y (quiser fazer, z, y, de x) t_t l_l) mas (sabe estar fazendo, nem, z, y, (quer fazer, x, y, de x) t_t l_l))

onde:

x = o barro;

y = a forma de alguma coisa;

z = você;

t_t = tempo t qualquer;

l_l = lugar l qualquer.

Consideradas essas formulações, a explicatura de base do poema é a seguinte:

(4) **Explicatura:** O barro toma a forma \emptyset [de alguma coisa] que [forma de alguma coisa] você [aquele que está lendo] quiser \emptyset [fazer do barro] \emptyset [no tempo_i] \emptyset [no lugar_i] \emptyset [mas] você [aquele que está lendo] nem sabe estar fazendo o [alguma coisa] que [alguma coisa] o barro quer \emptyset [fazer] \emptyset [do barro] \emptyset [no **mesmo** tempo_i] \emptyset [no **mesmo** lugar_i].

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO

De acordo com a Teoria da Relevância, a primeira interpretação consistente com o princípio de relevância será considerada pelo intérprete e tomada como, provavelmente, verdadeira, tendo em vista, segundo WILSON e SPERBER (1991), que as pessoas prestam atenção à informação mais relevante disponível, que elas tendem a construir a representação mais relevante possível desse estímulo e a processá-lo num contexto que maximiza sua Relevância. Isto é, as pessoas, geralmente, prestam a atenção a estímulos ou informações que, de certa forma, vêm de encontro às suas expectativas, crenças ou que se ajustam aos seus interesses do momento, revelando como o intérprete considerou o texto.

Apesar da consistência desse argumento, isso não autoriza aceitar como adequadas toda e qualquer interpretação. Para dar conta da avaliação das interpretações, então, a explicatura em (4) foi considerada como interpretação *standard*, contra a qual todas as demais interpretações dos sujeitos de pesquisa foram confrontadas.

Em função disso, a avaliação das interpretações levará em conta os elementos a seguir relacionados. 1. Atribuição de referente ao item lexical ‘barro’. Sendo os poemas locais privilegiados para a linguagem figurada, é provável que o intérprete considere o enunciado de Leminski como uma interpretação de um pensamento de Leminski. Assim, seria razoável su-

por que barro é algo diferente de “argila”. Logo, a primeira interpretação para a palavra barro, que for consistente com o princípio de relevância, será tomada pelo intérprete como provavelmente verdadeira e, por conseqüência, base para a interpretação como um todo. É razoável supor que um intérprete acostumado a ler textos poéticos, provavelmente, tentará preencher a entrada lexical ‘barro’ com outro sentido já na primeira leitura.

2. Atribuição de referência ao item lexical ‘você’. É razoável supor que a atribuição de referente ao item lexical ‘você’ seja compatível com aquela estabelecida com o item lexical ‘barro’. Por exemplo, ‘barro’ enquanto argila pode acessar ‘você’ enquanto oleiro; ‘barro’, enquanto palavra, pode autorizar ‘você’ enquanto escritor ou poeta.

3. Percepção da oposição entre o caráter passivo atribuído ao item lexical ‘barro’ na primeira estrofe e o caráter agentivo/reflexivo, na segunda, autorizando o preenchimento da relação adversativa entre as estrofes.

4. Percepção de mesma atribuição de referência espaço-temporal para o conteúdo proposicional da primeira e da segunda estrofe e, por conseqüência, percepção do paradoxo.

Tomadas essas considerações, uma interpretação “bem sucedida”, provavelmente, atenderá, ao ser comparada com a interpretação standard, aos seguintes critérios:

- a) atribuição de referente adequado ou potencialmente adequado para o item lexical ‘barro’, ou seja, o referente deve recuperar o caráter passivo *versus* caráter agentivo-reflexivo desse item lexical de modo adequado, em função do conteúdo proposicional das duas estrofes;
- b) atribuição de referente adequado ou potencialmente adequado para o item lexical ‘você’, isto é, o referente deve ser compatível com o referente de ‘barro’ e compatível com o caráter agentivo de ‘você’ na primeira estrofe;

- c) recuperação de relação de oposição entre os enunciados, ou seja, o leitor deve perceber que os enunciados se opõem argumentativamente e que essa oposição é marcada implicitamente entre as estrofes; e
- d) recuperação da relação de contradição entre os enunciados. Em outras palavras, atribuídas as referenciais aos léxicos ‘barro’ e ‘você’, a interpretação tendo recuperado a oposição, deve, também, recuperar o paradoxo que se estabelece pela atribuição da mesma referência temporal ao caráter passivo/agentivo-reflexivo do item lexical ‘barro’.

Além disso, é possível admitir prováveis implicaturas, desde que não contradigam ou deixem de considerar as tarefas acima.

Cabe destacar que a interpretação ocorre em um contexto material bem delimitado: uma interpretação em contexto escolar. Nesse sentido, trata-se de uma ação a ser entregue ao docente e pressupõe avaliação. Logo, o estímulo ostensivo de Leminski não é somente relevante em si mesmo, mas é relevante em função de ter sido escolhido pelo docente em situação concreta de sala de aula. O docente deve ter lido o poema e deve ter uma interpretação padrão que, provavelmente, usará em sua avaliação da interpretação dos alunos.

Essas constrições, além das já apontadas pela apresentação da tarefa, são apresentadas na primeira formulação, pelos elementos em negrito:

$$L_I = f(E_{LK}t_1.C_{It_1}(fE_{LK}t_0.C_{It_0})).$$

É com base nesse contexto que o estudante elaborou sua interpretação. A segunda formulação captura a leitura/retomada do texto num ambiente cognitivo onde, além das competências de leitura, emergem as competências de escrita de uma interpretação.

$$E_{1t_2} = f \mathbf{E}_{LK} t_2 \cdot \mathbf{C}_{1t_2} (f \rho).$$

O resultado de todos esses movimentos é expresso nas interpretações a serem apresentadas na seção seguinte.

2.2 ANÁLISE DAS INTERPRETAÇÕES

Nesta seção, apresento a análise das interpretações dadas ao texto de Paulo Leminski pelos leitores/sujeitos da pesquisa. Exceto a primeira que explicito utilizando os três níveis representacionais, as demais omitem a descrição da forma lógica e os mecanismos inferências realizados para se chegar à explicatura. Para essa apresentação, adoto os seguintes passos: primeiramente apresento o *input* lingüístico e a proposição decorrente do enriquecimento desse *input* lingüístico em nível de explicatura. Em seguida, apresento as prováveis suposições realizadas pelo leitor/sujeito da pesquisa,²⁰ na elaboração de suas interpretações.

INTERPRETAÇÃO 1

Veja-se o texto do intérprete 1:

²⁰ Segundo Sperber e Wilson (1995, p. 297-298), “quanto maior a informação mútua da intenção informativa de tornar manifesta uma suposição especial, tanto mais fortemente será comunicada essa suposição. As implicaturas mais fortes possíveis são premissas ou conclusões totalmente determinadas, que devem ser fornecidas para a interpretação ser compatível com o princípio de relevância e pelas quais a pessoa falante toma a responsabilidade por inteiro. [...] Quanto mais fraco for o encorajamento e mais largo o leque de possibilidades para o ouvinte escolher, mais fracas as implicaturas. [...] chega-se a um ponto em que o ouvinte não recebe nenhum encorajamento de fornecer qualquer premissa ou conclusão, e ele assume a responsabilidade integral de as fenecer”.

Não é de barro que o poema fala, mas da palavra. É a palavra que toma a forma que nós queremos, pois somos nós que damos significado a ela, quando a lemos. E o poeta nada mais é do que um instrumento a serviço delas, quando escreve.

Para a percepção de como o leitor chegou a essa compreensão, submeti seu enunciado aos nos três níveis representacionais: forma lógica, explicatura e implicatura. Dessa forma, obtive no **nível lógico**, a seguinte forma semântica (**FLSem**):

(1) Não é de barro que o poema fala, mas da palavra.

(FLSem) é (não, de barro) QUE fala (o poema, \emptyset) MAS \emptyset (\emptyset , da palavra);

(2) É a palavra que toma a forma que nós queremos, pois somos nós que damos o significado a ela, quando a lemos.

(FLSem) é (\emptyset , a palavra) QUE toma (a palavra, a forma) Que queremos (nós, \emptyset) POIS somos (nós, \emptyset) QUE damos(\emptyset , o significado) \emptyset (\emptyset , a ela) QUANDO lemos (\emptyset , a).

(3) E o poeta nada mais é do que um instrumento a serviço delas quando escreve.

(FLSem) E é (o poeta, nada mais) DO QUE \emptyset (\emptyset , um instrumento a serviço delas) QUANDO escreve (\emptyset , \emptyset).

A forma lógica permitiu a observação das indeterminações do enunciado e a depreensão da seguinte complementação pragmática no **nível da explicatura**:

(1) \emptyset [Eu] \emptyset [creio que] Não é de barro [material modelável pela vontade do homem] que [de barro] o poema \emptyset [de Paulo Leminski] fala, mas \emptyset [o poema de Paulo Leminski fala] da palavra.

(2) É a palavra que [a palavra] toma a forma que [a forma] nós [pessoas] queremos, pois somos nós [pessoas] que [nós=pessoas] damos o significado a ela [palavra] quando a [a palavra] \emptyset [nós=pessoas/leitores] lemos \emptyset [no poema de Leminski/em qualquer poema].

(3) E o poeta [o que faz poemas/Leminski] nada mais é do que [é simplesmente] um instrumento a serviço delas [das palavras], quando escreve \emptyset [o poema].

Para que seja possível a compreensão de como cheguei à explicatura desse enunciado, é necessário serem apresentados os processos inferenciais nela envolvidos.

- (i) \emptyset [Eu] – preenchimento do material elíptico mediante a atribuição de agente à ação de interpretar o texto/poema de Leminski
- (ii) \emptyset [creio que] - preenchimento de material elíptico através da recuperação da atitude proposicional do intérprete, pelo contexto

A Teoria da Relevância (TR), de Sperber e Wilson (1986, 1995) postula que o falante/escritor produz um estímulo ostensivo que, para ser otimamente processado, deve realizar duas incumbências: a) desenvolver o maior número de efeitos contextuais possíveis; e b) diminuir o esforço de processamento do ouvinte/leitor. Outro postulado da TR diz respeito às atitudes proposicionais, ou seja, à atitude do comunicador em relação à proposição que ele expressa. Essa atitude não necessita ser evidenciada lingüisticamente, podendo ser recuperada no nível da explicatura, em uma descrição de alto nível, a partir do encaixe do conteúdo do enunciado do comunicador em uma descrição de alto nível da atitude do falante em relação à proposição que ele expressou. A atitude torna-se evidente através das pistas paralingüísticas, intencionais ou não. Nessa interpretação, a pista paralingüística é o contexto de produção da interpretação. Como o aluno realiza uma atividade solicitada pela professora, tem assegurado que ela não terá dúvidas de quem é o agente da interpretação. Desta forma, sendo a professora “o leitor virtual” da interpretação do aluno, o acréscimo de esforço de processamento é apenas aparente, não ocorre, pois é mutuamente manifesto a ambos que “∅ Não é...” remete a “[eu (o aluno) interpreto que] Não é...”.

- (iii) Não é de barro [terra branca de diversas cores, composta, empregada no fabrico de louças; argila; material que se amolda pela vontade do homem] – enriquecimento do enunciado através da memória enciclopédica;

Segundo os autores da TR, uma entrada lexical, no caso específico desse texto, a entrada lexical barro, permite o acesso a todos os tipos de informação armazenada na memória sob aquele endereço conceitual, permitindo, dessa forma, o enriquecimento do enunciado, e posteriormente, a refutação ou aceitação de hipóteses interpretativas. Necessariamente, não significa que todos os acessos apresentados tenham ocorrido.

- (iv) que [de barro] – atribuição de referência a entrada lexical que, em função da entrada lexical barro, do segmento anterior

- (v) o poema \emptyset [de Paulo Leminski] fala – enriquecimento da forma lógica, através do preenchimento de material elíptico, a partir do conjunto de suposições iniciais gerado pelo contexto da tarefa;
- (vi) mas \emptyset [o poema de Paulo Leminski fala] da palavra. – preenchimento do material elíptico, em função do segmento anterior;

Esse fragmento da interpretação “Não é de barro que o poema fala, mas da palavra” permite-me supor o seguinte conjunto de suposições realizadas pelo intérprete, a partir do contexto inicial:

- S_{Int1}^1 : Oleiro trabalha com barro (do conhecimento enciclopédico);²¹
- S_{Int1}^2 : Leminski não é oleiro (do conhecimento enciclopédico);
- S_{Int1}^3 : Se Leminski não é oleiro, então Leminski não trabalha com barro;
- S_{Int1}^4 : $\rightarrow I_{Int1}^1$: Leminski não trabalha com barro;
- S_{Int1}^5 : Leminski é poeta (do conhecimento enciclopédico);
- S_{Int1}^6 : Poetas trabalham com palavras (do conhecimento enciclopédico)
- S_{Int1}^6 : Se Leminski é poeta e se poetas trabalham com palavras; então Leminski trabalha com palavras;
- S_{Int1}^7 : Se Leminski trabalha com palavras, então barro no poema é palavra;
- S_{Int1}^8 : $\rightarrow I_{Int1}^2$: Barro no poema é palavra (conclusão implicada por eliminação da suposição antecedente).

- (vii) É a palavra que [a palavra] toma – atribuição de referência à entrada lexical que, em função do segmento anterior;
- (viii) a forma que [a forma], – atribuição de referência à entrada lexical que, em função do segmento anterior;
- (ix) nós [pessoas] queremos – enriquecimento do enunciado pelo contexto e pelo sistema dedutivo.
- (x) pois somos nós [pessoas] – atribuição de referência à entrada lexical nós, através do contexto e do fragmento de texto anterior;
- (xi) que damos o significado a ela [a palavra] – atribuição de referência à entrada lexical ela, através do contexto e do fragmento de texto anterior;
- (xii) quando a [a palavra] – atribuição de referência pronominal ao léxico a, através do contexto;
- (xiii) \emptyset [nós = pessoas] lemos – atribuição de agente a ação expressa pela proposição, através do sistema dedutivo e do fragmento de texto anterior;

²¹ Leia-se S_{Int1}^1 como Suposição 1 do intérprete 1.

A partir da atribuição do pronome ‘nós’ como agente a ação expressa por ‘lemos’, o intérprete pode ter realizado o seguinte cálculo dedutivo e ampliando os efeitos contextuais do enunciado:

Se o poema diz que nós é agente da ação de ler e *se* quem lê é leitor, *então* nós é = leitores.

- (xiv) \emptyset [no poema de Leminski/em qualquer poema]. – preenchimento do material elíptico, pelo contexto e pelo sistema dedutivo;
- (xv) E o poeta nada mais é do que [simplesmente é] – enriquecimento do enunciado através do sistema dedutivo;

Esse fragmento acarretará maior esforço de processamento para o entendimento da expressão ‘nada mais é do que’, compensado pelo maior ganho cognitivo.

- (xvi) um instrumento a serviço [trabalho] – enriquecimento do enunciado, através da memória enciclopédica;
- (xvii) delas [das palavras] – atribuição de referente pronominal a entrada lexical delas, pelo fragmento de texto anterior;
- (xviii) quando escreve \emptyset [o poema]. – enriquecimento do enunciado, através contexto.

Nesse ponto, a interpretação me autoriza hipotetizar um segundo conjunto de suposições realizado pelo leitor, a partir de S_{Int1}^8 : Barro é palavra.

S_{Int1}^9 : Palavras compõem textos. (do conhecimento enciclopédico);

S_{Int1}^{10} : Textos são lidos por pessoas (do conhecimento enciclopédico);

S_{Int1}^{11} : Se a palavra não amolda pelo escritor, então a palavra se amolda pelas pessoas que a lêem;

S_{Int1}^{12} : \rightarrow I_{Int1}^3 : A palavra se amolda pelas pessoas que a lêem. .

Assim, depois de ter explicitado a forma lógica e a explicatura, **realizo**, a partir dos <prováveis> conjuntos de suposições ($S_{Int1}^1 - S_{Int1}^8$ e $S_{Int1}^9 - S_{Int1}^{13}$), a seguinte implicatura:

Se ($S_{Int1}^1 - S_{Int1}^8$), então S_{A1} :

$S_{A1} \rightarrow I_{A1}$: o intérprete/leitor <possivelmente> estabeleceu relações entre barro e palavra pela característica de modelagem.²²

²² Leia-se $S_{A1} \rightarrow I_{A1}$: como a Suposição 1 do Analista gera a Conclusão Implicada 1 do Analista.

Essa implicatura remete a outra, quando somada ao <provável> conjunto de suposições, realizado pelo intérprete:

Se $S_{Int1}^9 - S_{Int1}^{13}$ então S_{A2} :

$S_{A2} \rightarrow I_{A2}$ – O autor não pode prever o significado que o leitor atribuirá às palavras.

Essa implicatura deriva em outra:

I_{A3} : Existe mais de uma leitura possível.

Essa implicatura, por sua vez, leva a outra:

I_{A4} : As leituras possíveis podem ser bem sucedidas²³ ou mal sucedidas.

I_{A4} remete a outra implicatura:

I_{A5} : A leitura, do texto de Leminski, feita pelo aluno é mal sucedida.

Essa implicatura é reforçada pela observação de que o aluno/intérprete atribui significado consistente a ‘barro’; porém, atribui dois significados a ‘você’: na primeira estrofe ‘você’, significa ‘o leitor; pessoa que lê’, na segunda, ‘você’ tem o significado de poeta. Desta forma, não recupera a oposição implícita no poema, como também, não ocorre a percepção do segundo enunciado (segunda estrofe) como oposição do que é exposto no primeiro, bem como seu conseqüente efeito paradoxal, não recuperando a forma lógica dos enunciados do poema.

A partir dos mecanismos inferenciais apresentados, esse intérprete desencadeia toda sua compreensão do texto poético, a partir da analogia feita entre o item lexical ‘barro’ – material que se amolda pelo contexto (vontade humana) e o item lexical ‘palavra’, que possui a capacidade de re-significar de acordo com o contexto em que está inserida.

²³ Adoto a expressão no sentido de ‘correta’, pelo fato de Sperber e Wilson afirmarem que “ as inferências não-demonstrativas, como espontaneamente realizadas pelos seres humanos, devem ser humanas, devem ser vistas como bem ou mal sucedidas, eficientes ou não eficientes, antes de logicamente válidas ou inválidas” (SILVVEIRA, 1997, p. 35)

INTERPRETAÇÃO 2

Acho que cada pessoa tem uma maneira própria de aprender, ou seja, cada um é maleável e depende muito do professor saber conduzir esse processo, insistindo em levar o aluno para o caminho do sucesso, lembrando sempre que ele é capaz.

Explicatura – \emptyset [Eu, o intérprete/aluno] acho que cada pessoa tem uma maneira própria de aprender, ou seja, cada um [cada pessoa] é maleável e \emptyset [esse processo de aprendizagem/maneira própria que cada pessoa tem de aprender] depende muito do professor saber conduzir esse processo [processo de aprendizagem/maneira própria que cada pessoa tem de aprender], \emptyset [o professor] insistindo em levar o aluno para o caminho do sucesso, \emptyset [o professor] lembrando sempre \emptyset [de algo] que ele [o aluno] é capaz \emptyset [do sucesso].

A partir da explicatura da interpretação 2, suponho que o leitor tenha < provavelmente > realizado o seguinte conjunto de suposições, a partir do contexto inicial:

S_{Int2}^1 : O curso é voltado ao aperfeiçoamento de professores de séries iniciais.

S_{Int2}^2 : As atividades do curso são direcionadas a reflexões sobre a prática educativa.

S_{Int2}^3 : A prática educativa é voltada ao processo ensino-aprendizagem.

S_{Int2}^4 : O processo ensino-aprendizagem deve respeitar as características individuais do aluno.

Essa suposição [S_{Int2}^4], por sua vez, gera:

S_{Int2}^5 : Cada pessoa tem um jeito próprio de aprender.

S_{Int2}^6 : Se cada pessoa tem um jeito próprio de aprender e se o processo ensino aprendizagem deve respeitar as características individuais de cada um [jeito próprio de aprender] então o processo ensino-aprendizagem é maleável

S_{Int2}^7 : O processo ensino-aprendizagem é maleável.

S_{Int2}^8 : Se o barro é maleável e se o processo ensino-aprendizagem também é maleável, então eles [barro e processo ensino aprendizagem] apresentam uma característica em comum que é o modelagem.

$S_{Int2}^9 \rightarrow I_{Int2}$: No texto, Leminski <provavelmente> fala do processo ensino-aprendizagem.

A partir do levantamento desse conjunto de suposições [$S_{Int2}^1 - S_{Int2}^9$], dentre tantos outros possíveis, obtenho a seguinte implicatura:

$[S_{Int2}^1 - S_{Int2}^9] \rightarrow S_A \rightarrow I_A$

I_A: O aluno/leitor <possivelmente> estabeleceu relações entre barro e o processo ensino-aprendizagem pela característica de modelagem apresentada pelos dois.

Nessa interpretação, apesar de o intérprete atribuir significado consistente a ‘barro’ e a ‘você’ no texto de Leminski, ele não tem a percepção do segundo enunciado como oposição daquilo que é exposto no primeiro, não recuperando a relação paradoxal que se estabelece no poema. Logo, sua interpretação não pode ser considerada bem sucedida.

INTERPRETAÇÃO 3

A gente pode manipular o barro e moldar o que quiser, mas será que o barro fica satisfeito com a moldura que seu dono faz? Na vida escolar, a criança muitas vezes dá a sua opinião e nós queremos mudar, mas nem sempre estamos certos.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] A gente [nós/professores] pode manipular o barro e Ø [a gente pode] moldar o que Ø [a gente] quiser Ø [o molde do barro], mas será que o barro fica satisfeito com a moldura que [moldura] seu [do barro] faz? Na vida escolar, a criança, muitas vezes, dá a sua [da criança] opinião e nós [professores] queremos mudar [a opinião da criança/aluno], mas nem sempre [nós/professores] estamos certos [em querer mudar a opinião da criança/aluno]

Para obter a proposição derivada, inicialmente, há de se realizar um esforço dedutivo – atribuição de referência ‘a gente’ que possibilita a observação de que o intérprete inclui-se como agente da ação expressa pela entrada lexical ‘pode’, pois a resolução da indeterminação expressa pela proposição remete a “nós” [eu + você/eu + outros/as pessoas] e é determinada pela memória enciclopédica e pelo contexto de produção da interpretação (aula de um curso de aperfeiçoamento para professores das séries iniciais), levando a: eu = aluno + outros alunos → eu = professor + outros professores → nós = professores, que por sua vez gera:

A gente [nós/professores] pode...

A explicatura do enunciado e o contexto de produção da interpretação levam-me a supor o seguinte conjunto de suposições passíveis de terem sido realizadas pelo intérprete:

S_{Int3}^1 : O barro é moldado pelos homens.

S_{Int3}^2 : Os homens constituem a sociedade.

S_{Int3}^3 : A escola é reprodutora da sociedade.

S_{Int3}^4 : Crianças vão para a escola para adquirir conhecimentos estipulados pela sociedade.

S_{Int3}^5 : Na escola, professores trabalham com as crianças.

S_{Int3}^6 : Na escola, a criança torna-se aluno e é manipulada e moldada pelos professores.

S_{Int3}^7 : Criança e barro amoldam-se pela vontade dos homens.

$S_{Int3}^8 \rightarrow I_{Int3}$: No texto, Leminski <provavelmente> fala da criança/aluno.

Esse conjunto hipotético de suposições, que atribuo ao intérprete, permite-me realizar a seguinte implicatura:

$S_{A1}^1 \rightarrow I_A$: O intérprete <possivelmente> estabeleceu relações entre ‘barro’ e criança por crer que ambos possuem a capacidade de modelagem.

A interpretação realizada não é bem sucedida, pois mesmo atribuindo significado a ‘barro’ e a ‘você’; e de recuperar a relação de oposição, inapropriadamente, entre as estrofes, ele não recupera o paradoxo que se estabelece entre as elas, nem a forma lógica dos enunciados do poema.

INTERPRETAÇÃO 4

A vida você leva como dá para levar. Às vezes, a gente pensa em fazer alguma coisa e acaba tendo a oportunidade ou criatividade de fazer outra. A gente às vezes se toca que está construindo a nossa própria história.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] A vida você [o interlocutor/as pessoas] leva \emptyset [a vida] como \emptyset [a vida] dá para \emptyset [você] levar \emptyset [a vida]. Às vezes, a gente

[nós/as pessoas] pensa em \emptyset [nós/as pessoas] fazer alguma coisa e [mas] [a gente/nós/as pessoas] acaba tendo a oportunidade ou \emptyset [a gente acaba tendo a] criatividade de fazer outra \emptyset [coisa]. A gente [nós/as pessoas], às vezes, se [nós/as pessoas] toca que [a gente/nós/as pessoas] está construindo a nossa [da gente/das pessoas] própria história.

Desenvolvida a explicatura, vejam-se as suposições <provavelmente> realizadas pelo intérprete, entre outras possíveis, a partir do contexto inicial:

S_{Int4}^1 : O barro não se amolda de acordo com a nossa vontade.

S_{Int4}^2 : Muitas coisas não ocorrem de acordo com a nossa vontade, inclusive o rumo de nossa vida .

S_{Int4}^3 : O ‘barro’ e a vida fogem ao nosso controle.

S_{Int4}^4 : $\rightarrow I_{Int4}$: No texto, Leminski <provavelmente> fala da vida.

A partir da complementação da forma lógica e do levantamento das prováveis suposições do intérprete, realizo a seguinte implicatura, em relação ao seu enunciado:

I_{A1} : O intérprete <provavelmente> estabeleceu relações entre barro e vida pela característica da falta de controle que se tem sobre eles.

Essa interpretação não pode ser considerada bem sucedida, pois não recupera nem a oposição entre as estrofes do poema, nem a forma lógica de seus enunciados, nem o paradoxo que se estabelece entre eles, apesar de atribuir um sentido coerente a ‘barro’ e a ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 5

Este poema quer nos mostrar que o “barro” é o aluno, que chega até nós com um objetivo e nós os ensinamos como queremos e não percebemos que muitas vezes não é aquilo que os alunos querem.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] Este poema \emptyset [de Leminski] quer nos mostrar que o “barro” é o aluno, que [o aluno] chega até nós [professores] com um objetivo e nós [professores] os [os alunos] ensinamos como \emptyset [nós/professores] queremos e \emptyset [nós/professores] não percebemos que [ensinar os alunos como queremos] muitas

vezes não é aquilo [a forma de ensino] que os alunos querem \emptyset [algo = a forma de ensino].

A explicatura autoriza-me a presumir, entre outros possíveis, o seguinte conjunto de suposições <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int5}^1 : Alunos e professores fazem parte do contexto escola.

S_{Int5}^2 : Alunos vão a escola para adquirir conhecimentos e se formarem.

S_{Int5}^3 : Na escola alunos são formados pelos professores.

S_{Int5}^4 : Formar é moldar.

S_{Int5}^5 : $\rightarrow I_{Int5}$: Barro, no texto de Leminski, <provavelmente> significa aluno

A complementação da forma lógica somada ao conjunto de suposições [S_{Int5}^1 - S_{Int5}^2] atribuídos por mim ao intérprete, leva-me a gerar a seguinte implicatura:

$[S_{Int5}^1 - S_{Int5}^2] \rightarrow S_A \rightarrow I_A$

I_A : O intérprete <provavelmente> estabeleceu relações entre ‘barro’ e aluno pela característica de modelagem.

Nesta interpretação, a relação estabelecida com o léxico ‘barro’ é explícita na estrutura lingüística. Entretanto, não é uma interpretação bem sucedida, pois não houve a percepção do paradoxo estabelecido entre as estrofes apesar de recuperar que a segunda estrofe conclui o que é apresentado na primeira de forma contraditória.

INTERPRETAÇÃO 6

As crianças vão sendo moldadas, segundo o que é instituído pelo Estado e pela ideologia dominante. Porém, ninguém sabe se é o melhor a fazer, se não seria melhor ouvi-las primeiro e a partir daí elaborar programas educacionais.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] As crianças vão sendo moldadas, segundo o \emptyset [modelo] que [modelo] é instituído pelo Estado e pela ideologia dominante. Porém,

ninguém sabe se \emptyset [moldar as crianças segundo o modelo que é instituído pelo Estado e pela ideologia dominante] é o melhor a fazer, se não seria melhor ouvi-las [as crianças] primeiro e, a partir daí, [de ouvir as crianças primeiro] elaborar programas educacionais.

A partir da complementação da forma lingüística, por processos inferenciais, conjeturo que o intérprete <possivelmente> compartilha da idéia da *tabula rasa*, em que a criança é moldada, visto não possuir conhecimento algum. Essa suposição gera a hipótese do seguinte conjunto de suposições passíveis de serem realizadas pelo intérprete.

S_{Int6}¹: A criança é um ser maleável como o barro.

S_{Int6}²: Crianças adquirem hábitos e valores na escola.

S_{Int6}³: Escolas são instituições do Estado.

S_{Int6}⁴: Escolas reproduzem ideologias do Estado.

S_{Int6}⁵: Se escolas são instituições do Estado e se reproduzem ideologias do Estado, então os valores e hábitos veiculados pela Escola repassam a ideologia do Estado

S_{Int6}⁶: Os valores e hábitos veiculados pela Escola e adquiridos pelas crianças na escola repassam a ideologia do Estado.

S_{Int6}⁷: Se as crianças são moldáveis e adquirem hábitos e valores na escola, então as crianças são moldadas na escola.

S_{Int6}⁶: → I_{Int6}: O texto de Leminski <provavelmente> fala sobre a criança no processo educacional.

Esse conjunto de suposições gera a seguinte implicatura:

I_A: O aluno <provavelmente> estabelece relações entre barro e crianças pela característica de modelagem.

A interpretação elaborada por Int₆ não pode ser considerada bem sucedida, porque, apesar de atribuir significado consistente a ‘barro’ e a você, e de recuperar a relação contraditória que o segundo enunciado estabelece em relação ao que é exposto no primeiro, o intérprete não recupera a forma lógica dos enunciados e nem o paradoxo implícito no texto.

INTERPRETAÇÃO 7

Acho que nós, os adultos, tentamos moldar as crianças como nós queremos. Mas, nem sempre sabemos se é isto mesmo o que elas desejam.

Explicatura – Ø [Eu] Acho que nós, os adultos, tentamos moldar as crianças como nós [adultos] queremos Ø [moldar as crianças]. Mas, nem sempre Ø [nós] sabemos se é isto [molde dado pelos adulto] mesmo que Ø [molde dado pelos adultos] elas [as crianças] querem Ø [o molde dado pelos adultos].

Esse intérprete, como o anterior, assume a crença da tabula rasa. Essa inferência leva-me a supor o seguinte conjunto de suposições passíveis de terem sido realizadas, entre tantas outras:

S_{Int7}^1 : O barro amolda-se pela vontade do homem.

S_{Int7}^2 : O homem gosta de satisfazer suas vontades.

S_{Int7}^3 : Homens impõem sua vontade sobre outros homens.

S_{Int7}^4 : Adultos impõem sua vontade sobre as crianças.

S_{Int7}^5 : Crianças são moldadas pelos adultos.

$S_{Int7}^6 \rightarrow I_{Int7}$: Leminski, no texto, <provavelmente> fala de crianças.

Apresentadas as suposições que, hipoteticamente, atribuo ao intérprete, elas me possibilitam gerar a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete <provavelmente> estabelece relações entre barro e criança, pela capacidade de modelagem.

A interpretação realizada é não é bem sucedida, pois não ocorre a recuperação da relação paradoxal que se estabelece entre as duas estrofes, nem da forma lógica dos enunciados, apesar da atribuição de significado consistente a ‘barro’ e ‘você’, e da percepção da contradição entre as estrofes

INTERPRETAÇÃO 8

O barro, no sentido figurado, representa no texto de Leminski, a idéia dos homens. A vontade que se transforma, ou seja, a idéia de um que acaba convencendo a muitos, que nem percebem estar agindo sem vontade própria.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] O barro Ø [do texto de Leminski], no sentido figurado, representa no texto de Leminski a idéia dos homens. A vontade que [a

vontade] se [a vontade] transforma, ou seja, a idéia de um \emptyset [homem] que [a idéia de um homem] acaba convencendo a muitos \emptyset [homens], que [muitos homens] nem percebem estar agindo sem vontade própria.

A explicatura permite-me gerar as seguintes suposições:

S_{Int8}^1 : O barro é transformado pela vontade dos homens.

S_{Int8}^2 : Homens tem vontade e opiniões.

S_{Int8}^3 : Os homens não são iguais.

S_{Int8}^4 : Homens têm vontade e opiniões diferentes.

S_{Int8}^5 : As opiniões dos homens podem ser mudadas pela opinião de outros homens.

S_{I8}^6 : Opiniões são idéias, pensamentos.

$S_{Int8}^7 \rightarrow I_{Int8}$: No texto, Leminski <provavelmente> fala sobre a idéia/pensamentos dos homens.

$[S_{Int8}^7 \rightarrow I_{Int8}]$ licencia-me a produção da seguinte implicatura:

I_A : O aluno/intérprete <provavelmente> estabelece relações entre o barro e a opinião dos homens, pela característica de mutabilidade.

Após o levantamento dessa implicatura, observo que a interpretação é bem sucedida, pois resgata a oposição implícita e, conseqüentemente, a relação paradoxal que se estabelece entre as estrofes, recuperando a forma lógica dos enunciados do texto, além de atribuir um significado consistente a ‘barro’

INTERPRETAÇÃO 9

O barro é como o destino, nem sempre é como queremos, mas mesmo assim temos que aceitar.

Explicatura – \emptyset [Eu acho que] O barro \emptyset [do texto de Leminski] é como o destino, nem sempre \emptyset [o destino] é como \emptyset [nós/as pessoas] queremos \emptyset [o destino], mas mesmo assim \emptyset [nós/ as pessoas] temos que aceitar \emptyset [o destino].

Veja-se o conjunto de suposições <provavelmente> realizadas pelo intérprete:

S_{Int9}^1 : Se O barro toma a forma que quer, não podemos prever a forma que irá tomar.

S_{Int9}^2 : Se não podemos prever a forma que o barro irá tomar, então o barro é imprevisível.

S_{Int9}³: O barro é imprevisível.

S_{Int9}⁴: O homem não consegue prever seu destino.

S_{Int9}⁵: Se o homem não consegue prever seu destino, então o homem não sabe o que o destino lhe reserva.

S_{Int9}⁶: Se o homem não sabe o que o destino lhe reserva, então o destino dos homens é imprevisível como o barro.

S_{Int9}⁷: Se o destino dos homens é imprevisível como o barro, então no texto de Leminski barro é o destino dos homens

S_{Int9}⁸ → I_{Int9}: No texto, Leminski <provavelmente> fala do destino dos homens.

O levantamento desse conjunto <provável> de suposições, permite-me a seguinte implicatura:

I_A: O leitor <provavelmente> estabeleceu relações entre ‘barro’ e destino pela característica de imprevisibilidade.

Realizada a implicatura, posso afirmar que a interpretação é bem sucedida, pois ocorre a recuperação da relação de conclusão adversativa, entre a segunda estrofe e o que é apresentado na primeira, além da atribuição de significado coerente a ‘barro’.

INTERPRETAÇÃO 10

O “coração” sempre toma a forma que queremos mas, às vezes, nos “fala” uma coisa e fazemos outra.

Explicatura – Ø [Eu acho que] O “coração” sempre toma a forma que [nós/as pessoas] queremos, mas, às vezes, Ø [o “coração”] nos [a nós/ às pessoas] “fala” uma coisa e Ø [nós/as pessoas] fazemos outra [coisa].

Esse enunciado exige um esforço maior de processamento para a sua interpretação, pois o sujeito de pesquisa utiliza-se do mesmo expediente de Leminski, ou seja, utiliza-se da linguagem figurada. Essa utilização é explicitada através da utilização do vocábulo coração entre aspas. Desta forma, apresento, a seguir, um leque de implicações contextuais que esse *input* lingüístico pode fornecer:

Coração é um órgão do corpo humano (Preciso fazer um exame do coração);

Coração é centro (Moro no coração de Curitiba);

Coração é sentimentos (Você mexe com meu coração).

Por fazer parte do senso comum de que esse *input* lingüístico é largamente usado na linguagem figurada com o sentido de sentimentos ou de amor – também, um sentimento -, as outras duas entradas, entre elas a literal, serão apagadas.

Essa desambiguação leva-me a supor que o intérprete pode ter realizado, entre tantos outros possíveis, o seguinte conjunto de suposições, na elaboração de seu enunciado:

S_{Int10}^1 : Leminski é poeta.

S_{Int10}^2 : Poetas, geralmente, falam de sentimentos.

S_{Int10}^3 : Sentimentos são como barro, acreditamos que os controlamos, mas não é verdade.

S_{Int10}^4 : $\rightarrow I_{Int10}$: No poema, Leminski <provavelmente> fala dos sentimentos.

A complementação da forma lógica do enunciado, somada ao conjunto de suposições $S_{Int10}^1 - S_{Int10}^4$, leva-me à seguinte implicatura:

I_{A1} : O intérprete relaciona barro a ‘coração’ <provavelmente> pela capacidade de não aceitarem o nosso comando.

Essa implicatura licencia-me outra, mais fraca:

I_{A2} : As pessoas não têm controle sobre seus sentimentos.

Essa implicatura, por sua vez, autoriza-me a considerar como equivocada a interpretação de Int_{10} , evidenciado-se no seu enunciado a atribuição de significado consistente a ‘barro’ e a você, porém como não ocorre a recuperação da forma lógica dos enunciados e da relação paradoxal implícita entre eles, nem da oposição estabelecida no poema.

INTERPRETAÇÃO 11

A pessoa torna a vida da forma que quiser porque cada um tem o seu jeito. E algumas nem sabem o que fazem e deixam a vida as levar.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] A pessoa torna a vida da forma que [a forma] Ø [a pessoa] quiser Ø [dar à forma] porque cada um [cada pessoa] tem o seu [da pessoa] jeito. E algumas Ø [pessoas] nem sabem o que [algo] Ø [as pessoas] fazem e Ø [as pessoas] deixam a vida as [as pessoas] levar.

Essa explicatura autoriza-me a gerar o seguinte conjunto de suposições, <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int11}^1 : Da mesma forma que as pessoas crêem dar forma ao barro, elas julgam ter controle de suas vidas.

S_{Int11}^2 : Se as pessoas são diferentes umas das outras, então a vida se apresenta de diversas formas, de acordo com a condução que cada pessoa lhe dá.

S_{Int11}^3 : A vida se apresenta de diversas formas, de acordo com a condução que a pessoa lhe dá.

S_{Int11}^4 : Se a vida se apresenta de diversas formas, de acordo com a condução que a pessoa lhe dá, então a vida é moldável como o barro.

$S_{Int11}^5 \rightarrow I_{Int11}^1$: A vida é moldável como o barro

$S_{Int11}^5 \rightarrow I_{Int11}^2$: Leminski, no poema <provavelmente> fala da vida.

As suposições que atribuo ao intérprete possibilitam-me gerar a seguinte implicatura:

I_A: Para I_{Int11} , estabelece-se uma relação entre barro e vida <provavelmente> pela característica de modelagem.

Apresentadas as suposições e a implicatura, considero a interpretação realizada como mal sucedida, haja visto que mesmo atribuindo significado consistente a ‘barro’ e a ‘você’, ela não recupera a forma lógica dos enunciados, nem a contradição e a conseqüente relação paradoxal, pois não se trata de deixar (que pressupõe domínio de ação), mas de não conseguir impedir.

INTERPRETAÇÃO 12

Para mim, a poesia fala sobre a vida porque as pessoas fazem o que pretendem e, às vezes, nem sabem o que estão fazendo, se estão fazendo bem ou mal.

Explicatura – Para mim [intérprete/aluno], a poesia \emptyset [de Leminski] fala sobre a vida porque as pessoas fazem o que \emptyset [as pessoas] pretendem \emptyset [fazer] e, às vezes, \emptyset [as pessoas] nem sabem o que [algo] \emptyset [as pessoas] estão fazendo \emptyset [algo], se \emptyset [as pessoas] estão fazendo \emptyset [algo] bem ou mal.

A expansão desse enunciado licencia-me supor o seguinte conjunto de suposições

<provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int12}^1 : O barro não se amolda pela vontade do homem.

S_{Int12}^2 : O homem não sabe a forma que o barro irá tomar.

S_{Int12}^3 : Se o barro não se amolda pela vontade do homem e se o homem não sabe a forma que o barro irá tomar, então nem sempre a vontade do homem prevalece.

S_{Int12}^4 : O homem conduz sua vida.

S_{I12}^5 : Se o homem conduz sua vida e se nem sempre sua vontade prevalece, então nem sempre o homem sabe o rumo que sua vida pode tomar.

S_{I12}^6 : O homem não sabe o rumo que sua vida pode tomar, da mesma forma que não sabe a forma que o barro pode tomar.

$S_{I12}^7 \rightarrow I_{int12}$: Barro, no texto de Leminski, <provavelmente> significa vida.

A explicatura e o conjunto de suposições fazem-me gerar a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete <provavelmente> estabeleceu relações entre barro e vida pela característica da imprevisibilidade.

A interpretação do aluno não pode ser considerada bem sucedida, apesar de ocorrer a atribuição de significado coerente para ‘barro’ e ‘você’, e de haver a recuperação da oposição entre as estrofes do poema. Entretanto, o uso da expressão ‘às vezes’, evidencia que a forma lógica dos enunciados do poema, bem como a relação paradoxal que se estabelece entre elas não é recuperada.

INTERPRETAÇÃO 13

Eu entendi que o barro é como as pessoas, muitas tentam manipular as outras e deixá-las da forma que querem, mas não podemos nos deixar manipular e sim seguir o que o nosso coração e nossa mente mandar.

Explicatura – Eu entendi que o barro é como as pessoas, muitas \emptyset [pessoas] tentam manipular as outras \emptyset [pessoas] e deixá-las [as outras pessoas] da forma que [a forma] \emptyset [muitas pessoas] querem \emptyset [a forma], mas \emptyset [nós/pessoas] não podemos nos \emptyset [nós/as pessoas] deixar manipular e sim [mas] \emptyset [nós devemos] seguir o que o nosso [das pessoas] coração e nossa [das pessoas] mente mandar \emptyset [seguir]

A explicatura possibilita-me realizar a seguinte hipótese sobre as suposições <provavelmente> feitas pelo intérprete:

S_{Int13}^1 : Barro é material maleável, pois agimos sobre ele.

S_{Int13}^2 : Pessoas agem sobre pessoas.

S_{Int13}^3 : Se pessoas agem sobre pessoas e se barro é maleável por agirmos sobre ele, então as pessoas são maleáveis como o barro.

$S_{Int13}^4 \rightarrow I_{Int13}$: Leminski, no texto, <provavelmente> fala das pessoas.

Esse conjunto de suposições, leva-me a desenvolver a seguinte implicatura:

I_A: O intérprete <provavelmente> estabeleceu relações entre barro e pessoas pela característica de maleabilidade.

A interpretação resolve-se no nível da complementação da forma lógica, tento o intérprete deixado claro que para ele ‘barro’ no texto de Leminski é como as pessoas. Sua interpretação não é bem sucedida, apesar da atribuição de referência consistente a ‘você’, pois o intérprete não recupera a oposição entre as estrofes, a forma lógica dos enunciados e nem o paradoxo estabelecido no poema.

INTERPRETAÇÃO 14

Você pode se tornar o que você quiser. Mas nem sempre você é o que quer.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] Você pode se [você] tornar o que você quiser \emptyset [tornar]. Mas nem sempre você é o que \emptyset [você] quer \emptyset [ser].

Realizando-se uma leitura superficial, essa interpretação parece uma paráfrase dos enunciados que compõem o poema de Leminski. Entretanto, a expansão de sua forma lógica permite a hipótese do seguinte cálculo dedutivo por parte do intérprete:

S_{Int14}^1 : Se Podemos nos tornar no que queremos, ou seja, se somos moldáveis; então
 S_{Int14}^2

S_{Int14}^2 : Somos como o barro de que fala o texto de Leminski.

$S_{Int14}^3 \rightarrow$: Se somos como o barro, então barro, no texto de Leminski, significa pessoas.

$S_{Int14}^4 \rightarrow I_{Int14}^1$: Barro, no texto de Leminski, significa pessoas.

$S_{Int14}^4 \rightarrow I_{Int14}^2$: Leminski, em seu poema, <provavelmente> fala das pessoas.

O conjunto de suposições permite-me realizar a seguinte implicatura:

I_A: O intérprete <provavelmente> relaciona pessoas com barro, pela característica de modelagem.

Em relação à leitura do aluno, posso afirmar que é mal sucedida. Nela ocorre: a atribuição de um mesmo significado a ‘barro’ e a ‘você’; não havendo a recuperação da relação entre as estrofes, bem como a recuperação da oposição e do paradoxo que se estabelece a partir dela, prejudicando a recuperação da forma lógica dos enunciados do texto de Leminski.

INTERPRETAÇÃO 15

Eu entendi que o barro significa Deus, porque você não faz o que quer, mas sim o que Ele quiser.

Explicatura – Eu entendi que o barro [do texto de Leminski] significa Deus, porque você não faz o que [você] quer [fazer], mas [você faz] sim o que Ele [Deus] quiser [que você faça].

A explicatura licencia as seguintes suposições realizadas pelo intérprete:

S_{Int15}^1 : Se o barro não se amolda por nossa vontade, então S_{Int15}^2 .

S_{Int15}^2 : Nem sempre temos o controle da situação.

S_{Int15}^3 : Cremos que conduzimos nossas vidas

S_{Int15}^4 : Se cremos que conduzir a nossa vida e se nem sempre temos controle da situação, então, *a vida foge ao nosso controle*.

$S_{Int15}^6 \rightarrow I_{Int15}^1$: Não temos controle sobre nossa vida, em todos os momentos.

S_{Int15}^4 : Se não temos controle sobre nossa vida, então algo ou alguém controla a nossa vida, nesses momentos.

S_{Int15}^5 : Quem controla a nossa vida por nós, deve ser superior a nós.

S_{Int15}^6 : Deus é uma força superior a nós.

S_{Int15}^7 : Se quem controla a nossa vida por nós deve ser superior a nós e se Deus é uma força superior a nós, então Deus conduz nossas vidas.

$S_{Int15}^8 \rightarrow I_{Int15}^2$: No texto, Leminski, quando fala de barro <provavelmente> fala de Deus.

A explicatura e o conjunto de suposições geram a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete, <provavelmente> estabeleceu relações entre barro e Deus pela capacidade de conduzir ações.

Essa implicatura, por sua vez, gera outra, mais fraca:

I_{A2} : O intérprete possui crenças religiosas muito fortes.

A interpretação não pode ser considerada bem sucedida, apesar da atribuição de significado coerente a ‘barro’ e a ‘você’, pois o intérprete recupera apenas o segundo enunciado. Entretanto, apesar de não ocorrer a recuperação da forma lógica do primeiro enunciado e, conseqüentemente, da relação paradoxal que se estabelece entre as estrofes do poema, há a percepção de uma oposição.

INTERPRETAÇÃO 16

O poema está dizendo que o criador pode mandar na criação mas nunca terá total controle sobre ela.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] \emptyset O poema \emptyset [de Leminski] está dizendo que o criador pode mandar na criação mas \emptyset [o criador] nunca terá total controle sobre ela [a criação].

A complementação da forma lingüística licencia-me o seguinte conjunto de suposições <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int16}^1 : Barro é matéria-prima.

S_{Int16}^2 : Barro é utilizado por oleiros e artistas.

S_{Int16}^3 : Artistas criam obras de arte.

S_{Int16}^4 : Se barro é matéria-prima utilizada por artistas e se artistas criam obras de arte; então S_{Int16}^5

$S_{Int16}^5 \rightarrow I_{Int16}$: No texto, Leminski <provavelmente> fala sobre a criação/obra de arte.

Esse cálculo dedutivo possibilita-me gerar como implicatura:

I_A : O intérprete<provavelmente> estabelece relação entre barro e criação artística pela falta de controle que temos sobre ambos.

Portanto, a interpretação de I_{16} é bem sucedida, pois atende aos requisitos estabelecidos para tal: atribuição de significado consistente a ‘barro’ e ‘você’, recuperação da relação paradoxal estabelecida, pela oposição que ocorre entre as estrofes de Leminski, além de ocorrer a restauração da forma lógica dos enunciados.

INTERPRETAÇÃO 17

Quando moldamos o barro damos a ele a forma que quisermos, basta termos em nossas mãos. Já com nossos alunos não temos essa facilidade, dependemos de conhecimento mútuo para que juntos consigamos conduzir as maneiras pelas quais iremos modelar o nosso trabalho.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] \emptyset Quando \emptyset [nós/professores] moldamos o barro \emptyset [nós] damos a ele [barro] a forma que [forma] \emptyset [nós] quisermos \emptyset [dar], basta \emptyset [o] \emptyset [nós] termos em nossas [das pessoas] mãos. Já com nossos [dos professores] alunos \emptyset [nós/professores] não temos essa facilidade [dar a forma desejada], \emptyset [nós/professores] dependemos de conhecimento mútuo [conhecimento entre as pessoas/professores e alunos] para que juntos \emptyset [nós/professores] consigamos conduzir as maneiras pelas quais [maneiras] \emptyset [nós] iremos modelar o nosso [dos professores] trabalho [prática educativa].

A explicatura autoriza-me presumir o seguinte conjunto de suposições, <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int17}^1 : O barro é moldável

S_{Int17}^2 : Pessoas são diferentes do barro.

S_{Int17}^3 : Se o barro é moldável e pessoas são diferentes do barro; então pessoas não são moldáveis.

S_{Int17}^4 : Alunos são pessoas.

S_{Int17}^5 : Se alunos são pessoas, então alunos não são moldáveis.

$S_{Int17}^6 \rightarrow I_{Int17}^1$: Se alunos não são moldáveis como o barro, então, nós/professores não temos a facilidade de dar a eles a forma que nós queremos.:

S_{Int17}^7 : Os alunos têm opinião própria.

S_{Int17}^8 : Na escola, professores trabalham com alunos.

S_{Int17}^9 : Professores devem respeitar a opinião de seus alunos.

S_{Int17}^{10} : Se os professores devem respeitar a opinião de seus alunos, então S_{Int17}^{11} .

S_{Int17}^{11} : Para realizar seu trabalho, os professores precisam ouvir os seus alunos.

S_{Int17}^{12} : O trabalho do professor é sua prática educativa.

S_{Int17}^{13} : Se para realizar seu trabalho os professores precisam ouvir os alunos e se o trabalho do professor é sua prática educativa, então S_{Int17}^{14} .

$S_{Int17}^{14} \rightarrow I_{Int17}^2$: A prática educativa é moldada por alunos e professores.

I_{Int17}^2 gera I_{Int17}^3 : No texto, Leminski fala da prática educativa.

Após a apresentação das suposições supostamente efetuadas pelo intérprete, obtenho a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete <provavelmente> estabeleceu relações entre o barro e a prática educativa, pela característica de maleabilidade.

Essa interpretação é bem sucedida, pois há a recuperação da relação paradoxal que ocorre no poema, a partir da oposição entre as estrofes do texto, como também, da forma lógica desses enunciados, além da atribuição de um significado consistente a ‘barro’ e a ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 18

Às vezes, achamos que podemos moldar uma pessoa (aluno) como se fosse o barro, passando nossos valores, nossos conhecimentos sociais e culturais, sem ao menos

valorizarmos a capacidade de aprendizagem de nossos educandos, pois cada um tem sua individualidade.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] Às vezes, Ø [nós, pessoas/ professores] achamos que Ø [nós, pessoas/professores] podemos moldar uma pessoa (aluno) como se Ø [o aluno] fosse o barro, Ø [nós, professores] passando nossos [dos professores] valores, Ø [nós, professores passando] nossos [dos professores] conhecimentos sociais e culturais, sem ao menos [nós, professores] Ø valorizarmos a capacidade de aprendizagem de nossos educandos, pois cada um [aluno] tem sua [do aluno] individualidade [jeito próprio de ser/aprender].

A explicatura licencia-me o seguinte conjunto de suposições:

S_{Int18}^1 : O barro é moldado pelo homem.

S_{Int18}^2 : Crianças vão à escola para se formarem, para serem moldadas.

S_{Int18}^3 : A escola é reprodutora dos valores da sociedade.

S_{Int18}^4 : Se as crianças vão à escola para se formarem e se a escola é reprodutora da sociedade, então, na escola o aluno é moldado segundo os valores da sociedade.

$S_{Int18}^5 \rightarrow I_{Int18}^1$: Na escola, professores trabalham com as crianças.

S_{Int18}^6 : Se S_{Int18}^4 e, se S_{Int18}^5 , então, na escola o aluno é moldado, *pelo professor*, segundo os valores da sociedade.

$S_{Int18} \rightarrow I_{Int18}^2$: No texto, Leminski <possivelmente> fala do aluno.

A complementação da forma lógica gera a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete <provavelmente> fez analogia entre barro e aluno pela característica de modelagem.

Essa interpretação não pode ser considerada bem sucedida, pois apesar de significar barro, o intérprete não recupera a oposição implícita entre as estrofes do poema de Leminski, nem a relação paradoxal que se estabelece entre elas, nem a estrutura lógica dos seus enunciados. Desta forma, o significado atribuído torna-se inconsistente.

INTERPRETAÇÃO 19

O barro se compara à criança que chega em nossas mãos sem forma alguma e nós professores temos a missão de moldá-la com o nosso saber. Ela (criança, aluno) é pura e fresca como o barro novo, dependendo de nós sua formação, aprendizagem.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] O barro Ø [de que fala o texto de Leminski] se compara à criança que [a criança] chega em nossas [das pessoas/professores] mãos sem forma alguma e nós [pessoas/professores] temos a missão de moldá-la [a crian-

ça] com o nosso [das pessoas/professores] saber. Ela (a criança, aluno) é pura e fresca como o barro novo, dependendo de nós sua [da criança] formação.

Essa explicatura permite-me supor as seguintes suposições, entre tantas outras possíveis, como as que <provavelmente> foram realizadas pelo intérprete:

S_{Int19}¹: Crianças vão para a escola para aprender.

S_{Int19}²: Antes da escola crianças não possuem conhecimentos.

S_{Int19}³: *Se* Crianças vão para a escola para aprender, e *se* antes da escola crianças não possuem conhecimentos; então sem conhecimentos, a criança é uma tabula rasa, sem forma, que deve ser moldada, na escola, pelo professor.

S_{Int19}⁴ → I_{Int19}: Leminski, no poema, <provavelmente> fala do aluno.

Esta interpretação, como a anterior, também não pode ser considerada bem sucedida, pois, não recupera a contradição que gera a relação paradoxal implícita no texto de Leminski, não restaurando a forma lógica de seus enunciados, apesar da atribuição de significado a ‘barro’ e a ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 20

Ele é manipulado, com ele podemos fazer o que quisermos. Ele nos transmite uma mensagem: nós, professores em sala de aula, não devemos manipular nossos alunos e sim orientá-los a procurar um caminho.

Explicatura – ∅ [Eu] ∅ [acho que] Ele [o barro] é manipulado, com ele [o barro] ∅ [nós, pessoas] podemos fazer o que ∅ [nós, pessoas] quisermos. Ele [poema de Leminski] nos [a nós, pessoas] transmite uma mensagem: nós, professores em sala de aula, [nós, professores] não devemos manipular nossos [dos professores] alunos e sim [mas] ∅ [nós devemos] orientá-los [os alunos] a procurar um caminho.

A atribuição de referente à entrada lexical ‘ele’. Essa atribuição <provavelmente> pode ser inferida, através do seguinte cálculo dedutivo:

Se o enunciado é uma interpretação de um texto que fala sobre barro e a forma que assume, e, *se* o intérprete afirma que ele é manipulado, *então*, ‘ele’ refere-se a barro, do texto de Leminski.

Novamente, a entrada lexical ‘ele’, provoca uma ambigüidade: “Ele é manipulado, com ele podemos fazer o que quisermos. **Ele** nos transmite uma mensagem:” A que se refere o pronome ‘ele’? Ao item lexical ‘barro’, ao poema ou ao poeta?

Nesse ponto, o enunciado faz com que sejam reformuladas as hipóteses sobre a interpretação, pois a expressão ‘transmite uma mensagem’, aciona conceitos para a entrada lexical ‘ele’, que anteriormente não foram processados, gerando <provavelmente> o seguinte cálculo inferencial:

- S_{A1}: “Ele” transmite uma mensagem.
- S_{A2}: Mensagens são elaboradas por pessoas.
- S_{A3}: Barro não é uma pessoa.
- S_{A4}: Barro não elabora mensagens
- S_{A5}: “Ele” não faz referência ao barro como no fragmento anterior.
- S_{A6}: Leminski é uma pessoa.
- S_{A7}: Leminski é um poeta.
- S_{A8}: Poetas transmitem mensagens em seus poemas.
- S_{A9}: Os poemas de Leminski transmitem mensagens.
- S_{A10}: “Ele”, nesse fragmento, refere-se ao poema de Leminski.

Realizada a desambiguação, o enunciado habilita-me supor, como o mais provável de ter sido realizado pelo intérprete, o seguinte conjunto de suposições,:

- S_{Int20}¹: Leminski é escritor.
- S_{Int20}²: Escritor passam mensagens através de seus textos.
- S_{Int20}³: Leminski quer nos passar uma mensagem com o seu poema.
- S_{Int20}⁴: Leminski afirma em seu texto que não damos forma ao barro apesar de acreditarmos que sim.
- S_{Int20}⁵: Barro é matéria prima de artistas e oleiros.
- S_{Int20}⁶: Crianças são matéria prima dos professores.
- S_{Int20}⁷: Leminski, no poema, <possivelmente> fala dos alunos.

A extensão da forma lógica gera a seguinte implicatura:

I_A: O intérprete relaciona barro a aluno <provavelmente> pela característica de modelagem.

Essa interpretação não é bem sucedida, pois não capta o choque/a interação entre as direções opostas, não ocorrendo, desta forma, a recuperação da oposição, da forma lógica dos enunciados, nem da relação paradoxal; apesar de haver uma atribuição de referência coerente para ‘barro’ e ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 21

Faz-me pensar na criança que o professor pode, dependendo da maneira como trabalha, formar um ser crítico, positivo, como também, pode marcar negativamente.

Explicatura – ∅ [O poema de Leminski] Faz-me [eu, o intérprete] pensar na criança que [a criança] o professor pode, dependendo da maneira como ∅ [o professor] trabalha, formar ∅ [a criança/aluno] um ser crítico, positivo, como também, ∅ [o professor] pode marcar negativamente ∅ [a criança/aluno].

Essa explicatura leva-me a supor o seguinte conjunto de suposições:

S_{Int21}¹: A forma do barro é dada pelo ser humano.

S_{Int21}²: Seres humanos, entre outras coisas, são professores.

S_{Int21}³: Professores trabalham com crianças nas escolas.

S_{Int21}⁴: Na escola, crianças são alunos.

S_{Int21}⁵: Alunos são formados pelos professores.

S_{Int21}⁶: Existem diversas formas de ensinar.

S_{Int21}⁷: Conforme a forma escolhida pelo professor, ele pode formar um ser crítico ou não, isto é, o aluno é moldado pela forma escolhida pelo professores

S_{Int21}⁸ → I_{nt21}: No texto, Leminski <possivelmente> fala da criança/aluno.

As suposições permitem-me gerar:

I_A: O intérprete relaciona barro a criança <provavelmente> pela característica de modelagem.

Essa interpretação, apesar de apresentar um ponto de vista interessante sobre a prática educativa e de atribuir sentidos coerentes ao léxico ‘barro’ e a entrada pronominal ‘você’ do poema de Leminski, não pode ser considerada bem sucedida, pois o aluno não recupera a relação paradoxal que ocorre no poema, nem a oposição entre as estrofes; não ocorrendo a restauração da forma lógica dos enunciados do poema.

INTERPRETAÇÃO 22

Entendo que pensamos que fazemos o que queremos, entretanto, somos manipulados... pelo ‘poder’.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [o intérprete] entendo que Ø [nós, professores] pensamos que Ø [nós, professores] fazemos o que Ø [nós, professores] queremos Ø [fazer], entretanto, Ø [nós, professores] somos manipulados pelo...’poder’ [governantes].

A explicatura leva-me a presumir as seguintes suposições:

S_{Int22}¹: O barro é manipulado pelo homem, quando este o molda.

S_{Int22}²: O homem impõe sua vontade ao barro ao moldá-lo.

S_{Int22}³: Se S_{Int22}¹ e se S_{Int22}², então, o homem é manipulador.

S_{Int22}⁴: O homem manipula outros homens.

S_{Int22}⁵: Os mais fortes/poderosos manipulam os mais fracos.

S_{Int22}⁶: Na sociedade os poderosos são os que governam e os que possuem mais dinheiro.

S_{Int22}⁷: Os governantes manipulam os homens.

S_{Int22}⁸: Manipular é moldar.

S_{Int22}⁹ → I_{Int22}: Leminski, no texto, <provavelmente> fala sobre os homens/o ser humano.

A explicatura e as suposições atribuídas ao intérprete do enunciado levam-me a desenvolver a seguinte implicatura:

I_A: O aluno estabelece relações entre o barro, do texto de Leminski, o ser humano <provavelmente> pela característica de modelagem.

Uma outra implicatura também pode ser derivada, embora mais fraca:

I_A^2 : O intérprete, enquanto professor, sente-se manipulado pelo sistema educacional (poder/governantes).

Essa implicatura gera outra, ainda mais fraca:

I_A^3 : O intérprete, não concorda com as políticas e programas educacionais adotados pelo governo.

Observo ser essa interpretação bem sucedida, pois além do significado coerente atribuído a ‘barro e a ‘você’, a oposição, implícita no poema de Leminski e geradora do efeito paradoxal no poema, é recuperada na interpretação, ou seja, o intérprete além de escolher um referente adequado para ‘barro’ e ‘você’, recupera a forma lógica dos enunciados do poema, pois o sujeito de pesquisa capta a interação e o choque entre opostos.

INTERPRETAÇÃO 23

Durante a vida fazemos tudo para agradar os outros, muitas vezes, passando por cima de nossos sentimentos e opiniões e, com isso, excluindo de nós mesmos a vontade de criar, sentir e agir, calando nosso espírito criativo e inovador por medo de errar e de sermos apontados pelos outros como um fracasso.

Explicatura – \emptyset [Eu acho que] Durante a vida \emptyset [nós, pessoas] fazemos tudo para agradar os outros [pessoas], muitas vezes, \emptyset [nós, pessoas] passando por cima de nossos [das pessoas] sentimentos e opiniões e, com isso [passando por cima de nossos sentimentos e opiniões], \emptyset [nós, pessoas] excluindo de nós mesmos a vontade de criar, \emptyset [nós, excluindo de nós mesmos a vontade de] sentir e \emptyset [nós, excluindo de nós mesmos a vontade de] agir, \emptyset [nós, as pessoas] calando nosso [das pessoas] espírito criativo e inovador por medo de errar e de \emptyset [nós, pessoas] sermos apontados pelos outros [pessoas] como um fracasso.

A partir da explicatura dessa interpretação conjeturo o seguinte conjunto de suposições <provavelmente> realizado pelo intérprete, no processamento do texto de Leminski:

S_{Int23}^1 : O barro é a matéria prima de oleiros e artistas.

S_{Int23}^2 : Artistas criam de acordo com sua inspiração.

S_{Int23}^3 : Ao dar forma ao barro o homem é criador.

S_{Int23}^4 : Nem sempre a forma que damos ao barro é a que queremos.

S_{Int23}^5 : Nem sempre, no momento de criação, a nossa inspiração prevalece.

S_{Int23}^6 : Às vezes, nos deixamos levar pelos outros.

S_{Int23}^7 : Quando nos deixamos levar pelos outros, somos moldados pela vontade dos outros.

$S_{Int23}^8 \rightarrow I_{Int23}$: No texto, Leminski fala do ser humano/das pessoas.

Esse conjunto de suposições possibilita-me formar a seguinte implicatura:

I_A : O intérprete, <possivelmente> relacionou ‘barro’, do texto, de Leminski, aos seres humanos/pessoas pela característica de modelagem.

Outra implicatura pode ser gerada da expansão do enunciado somada a I_A .

I_A^2 : A sociedade é implacável em seu julgamento.

Essa implicatura gera outra, mais fraca:

I_A^3 : S_{23} importa-se com o julgamento que a sociedade (as pessoas) fazem dele.

A interpretação é bem sucedida, pois ocorre a recuperação das relações contraditórias e paradoxais implícitas no texto, como da forma lógica dos enunciados do poema, além de uma atribuição consistente para as entradas ‘barro’ e ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 24

O barro é a nossa personalidade. Ela pode ser modelada, ajustada, alterada, porém, ela não pode e não deixa a = sua verdadeira forma – a sua essência. E quando percebemos, já estamos agindo conforme nosso “eu”.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] O barro Ø [de que fala o texto de Leminski] é a nossa [das pessoas] personalidade. Ela [a personalidade] pode ser moldada, Ø [a personalidade pode ser] ajustada, Ø [a personalidade pode ser] alterada, porém, ela [a personalidade] não pode e Ø [a personalidade] não deixa a sua [da personalidade] verdadeira forma – a sua [da personalidade] essência. E quando Ø [nós, pessoas] percebemos, Ø [nós, pessoas] já estamos agindo conforme nosso [das pessoas] eu [essência].

A complementação do enunciado licencia o seguinte conjunto de hipótese, <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int24}¹: O homem molda o barro.

S_{Int24}²: O homem é manipulador.

S_{Int24}³: O homem manipula outros homens.

S_{Int24}⁴: Se o homem manipula outros homens, então molda a personalidade deles.

S_{Int24}⁵: A personalidade dos homens pode ser moldada como o barro é moldado.

S_{Int24}⁶ → I_{Int24}: No poema, Leminski <possivelmente> fala da personalidade.

A expansão da forma lógica leva a seguinte implicatura:

I_A: O intérprete relaciona barro com personalidade <provavelmente> pela característica de modelagem.

A interpretação não é bem sucedida, pois apesar da atribuição de significado consistente a ‘barro’ e a ‘você’, não há a recuperação das relações contraditórias e paradoxais implícitas no texto de Leminski.

INTERPRETAÇÃO 25

O texto está associado à arte, pois, muitas vezes, nem sabemos como e o que fazer, ou, em nossa imaginação, nossa obra de arte está definida mas, ao trabalhar com ela podemos construir algo novo, não planejado.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] O texto [poema de Leminski] está associado à arte pois, muitas vezes, Ø [nós] nem sabemos como Ø [fazer algo] e o que fazer, ou, em nossa [das pessoas] imaginação, nossa [das pessoas] obra de arte está definida mas, Ø [nós, as pessoas] ao trabalhar com ela [obra de arte] Ø [nós, as pessoas] podemos construir algo novo, [algo] não planejado.

A proposição desenvolvida permite-me supor as seguintes suposições, como as que <provavelmente> foram realizadas pelo intérprete:

S_{Int25}^1 : O barro é matéria prima de oleiro e artistas.

S_{Int25}^1 : Artistas criam arte.

S_{Int25}^1 : Criando, artistas dão forma ao barro.

S_{Int25}^1 : Nem sempre sabemos o que queremos.

S_{Int25}^1 : A forma que a criação toma, às vezes, foge ao nosso controle.

S_{Int25}^1 : I_{Int25} : Barro, no texto de Leminski, <provavelmente> é a criação artística.

Essas suposições, que atribuo ao intérprete, geram a seguinte implicatura:

I_A : Barro, para o intérprete, é a criação artística/obra de arte <provavelmente> por ser, o barro, matéria prima da arte.

Considero a interpretação bem sucedida, pois ocorre atribuição de significado consistente para ‘barro’ e ‘você’, além da recuperação da forma lógica dos enunciados, da oposição e do efeito paradoxal que ela estabelece entre as estrofes do poema.

INTERPRETAÇÃO 26

O ser humano tem por essência ser manipulador. Sentir-se no controle das situações é sentir-se seguro. Porém, muitas vezes, acreditamos estar no comando, manipulando, quando, na verdade, ocorre exatamente o oposto. Isso acontece o tempo todo... ou seja, em casa, na política, em sala de aula etc. Precisamos aprender a respeitar a individualidade de cada um.

Explicatura – \emptyset [Eu] \emptyset [acho que] O ser humano tem por essência ser manipulador. \emptyset [O ser humano] Sentir-se [o ser humano] no controle das situações é \emptyset [o ser humano] sentir-se [o ser humano] seguro. Porém, muitas vezes, \emptyset [nós, seres humanos] acreditamos \emptyset [nós, seres humanos] estar no comando, \emptyset [nós, seres humanos acreditamos estar] manipulando \emptyset [algo/alguém], quando, na verdade, ocorre exatamente o oposto [do que acreditamos]. Isso [o oposto do que acreditamos=alguém nos manipular] acontece o tempo todo... ou seja, [alguém nos manipular acontece] em casa, [alguém nos manipular acontece] na política, [alguém nos manipular acontece] em sala de aula etc. [nós, seres humanos] precisamos aprender a respeitar a individualidade [o jeito de ser/de pensar] de cada um.

A expansão da forma lingüística da interpretação autoriza-me a hipótese do seguinte conjunto de suposições:

- S_{Int26}¹: O ser humano manipula o barro.
- S_{Int26}¹: O ser humano é manipulador.
- S_{Int26}¹: O ser humano manipula pessoas e situações.
- S_{Int26}¹: **I_{Int24}**: No texto, Leminski <possivelmente> fala do ser humano.

Essas suposições permitem-me gerar a seguinte implicatura:

- I_A**: O intérprete associa barro ao ser humano <provavelmente>pela característica de maleabilidade.

A interpretação é bem sucedida, ocorrendo a atribuição de sentido coerente ao léxico ‘barro’ e a entrada pronominal ‘você’, do texto de Leminski e a recuperação da contradição implícita entre as estrofes do poema, que estabelece relação paradoxal entre ela, garantido a restauração da forma lógica dos enunciados.

INTERPRETAÇÃO 27

Achamos que conduzimos a vida, mas na verdade é ela que nos conduz.

Explicatura – Ø [Eu] Ø [acho que] Ø [Nós, pessoas] achamos que Ø [nós, pessoas] conduzimos a vida, mas na verdade é ela [a vida] que nos [a nós, pessoas] conduz.

Essa interpretação é uma paráfrase do poema de Leminski e sua expansão autoriza-me supor o seguinte conjunto de suposições, entre outros tantos possíveis, como <provavelmente> o que foi realizado pelo intérprete:

- S_{Int27}¹: O homem dá forma ao barro.
- S_{Int27}²: O homem conduz a forma que o barro irá tomar.
- S_{Int27}³: Da mesma forma que o homem controla o barro, ele controla suas ações.
- S_{Int27}⁴: Se o homem controla suas ações, então o homem tem controle sobre sua vida.

$S_{Int27}^5 \rightarrow I_{Int27}$: No texto, Leminski <possivelmente> fala da vida.

O conjunto de suposições leva-me à obtenção da seguinte implicatura:

I_A: O intérprete estabelece relações entre barro e vida <provavelmente> pela característica de modelagem.

Essa interpretação recupera a relação paradoxal estabelecida entre as estofes pela oposição, implícita no texto de Leminski e recupera a forma lógica de seus enunciados, além de atribuir significado consistente a ‘barro’ e a ‘você’, sendo, portanto, bem sucedida.

INTERPRETAÇÃO 28

Eu entendo o barro como sendo a figura de Deus, que pode tomar varias formas. E mesmo tomando outra face, fazemos o que Ele quer.

Explicatura – Eu [o intérprete] entendo o barro \emptyset [de que fala o texto de Leminski] como sendo a figura de Deus, que [Deus] pode tomar várias formas. E mesmo \emptyset [Deus] tomando outra face [forma], \emptyset [nós, pessoas] fazemos o que Ele [Deus] quer \emptyset [que nós façamos].

A explicatura permite-me gerar o seguinte conjunto de suposições <provavelmente> realizado pelo intérprete:

S_{Int28}^1 : O barro toma forma de acordo com a vontade do homem.

S_{Int28}^2 : Se homens diferem uns dos outros, então a forma de barro varia de acordo com a vontade do homem.

S_{Int28}^3 : Deus está em tudo em todo o lugar.

S_{Int28}^4 : Deus assume várias forma como o barro.

S_{Int28}^5 : Se Deus assume várias formas como o barro, então no texto barro significa Deus.

$S_{Int28}^6 \rightarrow I_{Int28}$: No texto, Leminski fala <possivelmente> de Deus.

A apreensão dessas suposições possibilita-me gerar a seguinte implicatura:

I_A: Barro é associado a Deus, pelo intérprete, <provavelmente> pela característica de mutabilidade.

Essa implicatura gera outra, mais fraca:

I_{A2}: O intérprete tem crenças religiosas muito fortes.

Essa interpretação não é bem sucedida por não recuperar a oposição, implícita no poema de Leminski, responsável pela relação paradoxal estabelecida entre as estrofes, e não restaura a forma lógica dos enunciados do poema, apesar da atribuição de sentido consistente a ‘barro’ e a ‘você’.

INTERPRETAÇÃO 29

Acredito que o poema quer demonstrar uma realidade, pois nem sempre fazemos ou pensamos o que queremos e sim o que é imposto por alguns.

Explicatura – Ø [Eu/intérprete] acredito que o poema Ø [de Leminski] quer demonstrar uma realidade, pois nem sempre Ø [nós, pessoas] fazemos ou Ø [nós/pessoas] pensamos o que Ø [nós/pessoas] queremos Ø [fazer ou pensar] e sim [mas] Ø [nós, pessoas, fazemos ou nós, pessoas pensamos] o que é imposto por alguns [algumas pessoas].

A interpretação habilita-me a gerar as seguintes suposições, como as realizadas pelo intérprete, no processamento do texto de Leminski:

S₂₉¹: O ser humano molda o barro de acordo com sua vontade.

S₂₉²: O ser humano tem controle sobre as coisas.

S₂₉³: O ser humano controla sua vida, moldando-a como o barro.

S₂₉₄: **I_{Int29}**: No texto, Leminski <provavelmente> fala da vida.

Esse conjunto de suposições faz-me desenvolver seguinte implicatura:

I_A: O intérprete estabelece relações entre barro e vida <provavelmente> pela característica de modelagem.

Essa interpretação não é bem sucedida, pois apesar da atribuição de sentido coerente a ‘barro’ e a ‘você’, e de ocorrer a recuperação da oposição de processos, o intérprete

não recupera a interação e o choque entre opostos, não ocorrendo a restauração da forma lógica dos enunciados do poema.

INTERPRETAÇÃO 30

O texto quer dizer que, muitas vezes, você pensa estar fazendo da sua vida o que você quer, mas, na verdade, aquilo já está pré-destinado a acontecer.

Explicatura – Ø [Eu acho que] O texto [de Leminski] quer dizer que, muitas vezes, você [o interlocutor/aquele que lê] pensa estar fazendo da sua [do interlocutor/daquele que lê] vida o que você [o interlocutor/aquele que lê] quer, mas, na verdade, aquilo [o que você está fazendo] já está pré-destinado a acontecer.

Essa explicatura permite-me gerar o seguinte conjunto de suposições, como <possivelmente> o realizado pelo intérprete:

S_{Int30}^1 : O ser humano molda o barro de acordo com sua vontade.

S_{Int30}^2 : O ser humano tem controle sobre as coisas.

S_{Int30}^3 : Se o ser humano tem controle sobre as coisas, então o ser humano controla sua vida, moldando-a como o barro.

$S_{Int30}^4 \rightarrow I_{Int30}$: No texto, Leminski <possivelmente> fala da vida.

A explicatura somada ao conjunto de suposições atribuído por mim ao sujeito de pesquisa, leva-me ao desenvolvimento da seguinte implicatura:

I_A : O intérprete relaciona barro a vida <provavelmente> pela característica de modelagem.

Essa interpretação não é bem sucedida, pois apesar da atribuição de sentido consistente a ‘barro’ e ‘você’, ela não recupera a oposição e a relação paradoxal das estrofes do texto de Leminski.

SINTETIZANDO...

Do ponto de vista da análise, primeiramente, aplicando a escala focal (cf. SPERBER e WILSON, 1995, seção 2.6.6), analisei o texto de base *O Barro*, de Paulo Leminski, para, em seguida, dar conta das interpretações dos sujeitos da pesquisa. Especificamente, através da análise das interpretações, busquei (re)construir a dinâmica dos processos inferenciais realizados, numa tentativa de demonstrar o cálculo dedutivo utilizado. Para tanto, levei em consideração as seguintes etapas presentes nesse processo de elaboração dos enunciados.

Antes mesmo da interpretação, tarefa-alvo, o intérprete leu o Poema *O Barro* de Paulo Leminski. Essa tarefa prévia foi formulada do seguinte modo: a Leitura (L) do intérprete (I) no tempo (momento) inicial (t_1) é uma função (f) dos enunciados do poema *O Barro* de Paulo Leminski (E_{LK}) nesse tempo inicial (t_1) ambientando no contexto cognitivo do intérprete nesse tempo inicial ($C_{I t_1}$). Todavia, esse contexto cognitivo inicial já fora influenciado pelas falas do docente/analista, quando contextualizou a atividade. Posto isso, o Contexto inicial do intérprete é uma função (f) de pistas sobre o poema, conforme o docente/analista ($E_{LK t_0} \cdot C_{I t_0}$).

$$L_I = f(E_{LK t_1} \cdot C_{I t_1} (f E_{LK t_0} \cdot C_{I t_0})).$$

Na tarefa-alvo (t_2), ou melhor, na interpretação do poema, propriamente dita, o Enunciado do intérprete (E_I) é função (f) dos Enunciados do poema no tempo 2 ($E_{LK t_2}$) ambientado no Contexto Cognitivo do intérprete nesse mesmo tempo 2 ($C_{I t_2}$), que já fora influenciado pela leitura inicial e contextualização da tarefa, leia-se é uma função (f), como exposto na primeira formulação e, agora, representado por (ρ).

$$E_{I t_2} = f E_{LK t_2} \cdot C_{I t_2} (f \rho).$$

Os enunciados que compõem a interpretação do analista (E_A) no tempo 3 (t_3), por sua vez, é função (f) dos enunciados do intérprete no tempo 2 ($E_{I t_2}$), interpretação essa que já

fora influenciada nos termos da segunda formulação e, agora, representado por (ρ), ambientada no contexto cognitivo do analista no tempo 3 (C_{At3}). Ressalte-se, aqui, influenciada tanto pelo conhecimento do analista do texto de Leminski quanto da Teoria da Relevância.

$$E_{At3} = f E_{It2} (f\rho) \cdot C_{At3}$$

Com base no exposto, a primeira etapa foi a de analisar o texto de base. O produto dessa ação permitiu antever quatro critérios para a avaliação das interpretações: atribuição adequada ou potencialmente adequada de referente ao item lexical ‘barro’; atribuição adequada ou potencialmente adequada de referente ao item lexical ‘você’; recuperação da relação de oposição entre as duas estrofes do poema; e, recuperação da relação paradoxal das duas estrofes do poema.

O primeiro critério tem a ver com a atribuição de referência ao item lexical ‘barro’. Nesse caso, segundo a Teoria da relevância, a escolha de referente é função da primeira interpretação consistente com o princípio de relevância. De acordo com esse critério, cabe ao sujeito a atribuição consistente (no sentido que não seja autocontraditória ou incoerente) de uma única referência para a palavra “barro”. Cabe ao analista verificar os mecanismos inferenciais subjacentes a essa escolha, dada que a atribuição de referência foi realizada de acordo com o contexto cognitivo de cada intérprete, ou seja, contextos cognitivos diferentes geram interpretações diferentes.

No que diz respeito a esse critério, os resultados apontam para a diversidade de interpretações conforme a tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Frequência e percentual de opções de atribuição de referente para o item lexical ‘barro’:

Atribuição de referente para o item lexical ‘barro’	Frequência	Porcentagem
Alunos	7	23,33
Crianças	1	3,33

Pessoas/seres humanos	5	16,67
Processo ensino-aprendizagem/prática educativa	2	6,67
Vida/Destino	8	26,67
Idéias/pensamentos	1	3,33
Sentimentos	1	3,33
Personalidade	1	3,33
Criação artística/obra de arte	2	6,67
Deus	2	6,67
Total	30	100,00

Como pode ser observado, a grande maioria dos alunos intérpretes atribuiu como significado da entrada lexical ‘barro’, pessoas e suas variáveis alunos, crianças e seres humanos (43,33 %). O número de alunos que atribuiu como significado de ‘barro’, criação artística /obra de arte, numa analogia ao fato de Leminski ser poeta e, portanto, artista, foi pequeno, apenas 6,67%.

O segundo critério tem a ver com a atribuição de referência à entrada lexical ‘você’ e, nesse aspecto, as interpretações não diferem, pois atribuem a essa entrada o conceito de ser humano e suas variáveis: pessoas, alunos, criador, professores.

O terceiro critério refere-se à recuperação da oposição implícita que estabelece a conexão entre as duas estrofes do poema, de tal sorte que a proposição expressa na segunda estrofe diverge da proposição expressa na primeira estrofe.

No que diz respeito à percepção do segundo enunciado como conclusão adversativa do que é exposto no primeiro enunciado, os resultados se comportam como expresso na tabela, apresentada na página seguinte.

Tabela 2 - Frequência e percentual da percepção da conexão adversativa entre os dois enunciados do poema:

Percepção da conexão adversativa entre os dois enunciados do poema	Frequência	Percentual
Sim	18	60 %
Não	12	40 %

Total	30	100,00
-------	----	--------

Os números aqui apresentados permitem-me afirmar que no contexto de diversificadas interpretações, quase dois terço delas (70%) recuperaram a conexão adversativa entre os enunciados do texto de Leminski e, no quê e refere a esse critério, foram bem sucedidas.

Segundo a Teoria da Relevância, quando o leitor se depara com o efeito adversativo da segunda estrofe, se não houver a recuperação do conectivo implícito entre as estrofes ocorrerá uma rejeição da interpretação inicial (barro = barro), uma vez que “a mente humana rejeita (monitora) contradições” (SILVEIRA, 1997, p. 55). Como a interpretação inicial foi descartada, o intérprete foi incitado a procurar outra interpretação, que exigiu dele um esforço extra para estender o contexto inicial, com a construção de premissas e conclusões implicadas. Isso foi compensado por efeitos contextuais que, por sua vez, conduziram à interpretação apropriada. Ou seja, o leitor buscou construir uma hipótese sobre o significado do texto que satisfizesse a **presunção de relevância** comunicada textualmente. Como a compreensão é um processo de inferência não-demonstrativo, a hipótese construída pelo intérprete pode ser falsa; entretanto, foi a única realizada. Vale ressaltar que para o intérprete foi razoável “parar na primeira interpretação que satisfizesse suas expectativas de relevância, porque nunca haveria mais do que uma” (WILSON; SPERBER, 2005, p. 232).

Essa oposição que se estabelece entre as estrofes gera um efeito paradoxal que estrutura a forma lógica dos enunciados do poema. Recuperar esse efeito paradoxal e, desse modo, a estrutura da forma lógica, constitui-se no quarto critério considerados na avaliação das interpretações. Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Freqüência e percentual da recuperação do efeito paradoxal e da forma lógica dos enunciados do poema.

Recuperação do efeito paradoxal e da forma lógica dos enunciados	Frequência	Percentual
Sim	9	30 %
Não	21	70 %
Total	30	100,00

Dois aspectos desses resultados mostraram-se relevantes de considerações e ambos dizem respeito ao contexto cognitivo. O primeiro diz respeito ao ambiente cognitivo do sujeito da pesquisa/aluno e o segundo, ao ambiente cognitivo do analista/professor.

Em relação ao **ambiente cognitivo do sujeito da pesquisa**, fica evidente que ele influencia diretamente as interpretações. Por exemplo, 13 sujeitos (43,33%) atribuíram como referente para o item lexical ‘barro’ os conceitos de aluno/criança/pessoas/seres humanos. Essa interpretação demonstra que, sendo os sujeitos da pesquisa professores, alunos de um curso de capacitação e aperfeiçoamento para professores de séries iniciais focado no aperfeiçoamento de suas práticas educativas, houve forte interferência de seu ambiente cognitivo prévio.

Ao emparelhar barro com aluno e, da mesma forma, as variantes criança, pessoas ou seres humanos, as interpretações acabam por afiançar a crença da ‘tabula rasa’ – “[o aluno] toma a forma que você quiser”. Sendo essa a primeira interpretação consistente com o princípio de relevância, a consequência é a de se obliterar o segundo enunciado. No caso, o segundo enunciado – “Você nem sabe estar fazendo o que [a criança] quer” é absolutamente paradoxal com a primeira interpretação, gerando acréscimo de esforço cognitivo. A suposição do segundo enunciado, entretanto, não é suficientemente forte e incapaz de gerar o efeito contextual de enfraquecimento do primeiro enunciado e, portanto, de enfraquecer a crença na ‘tabula rasa’.

Alternativamente, 11 sujeitos (36,66%) optaram por conceitos como vida, destino, idéias, pensamentos, sentimentos ou personalidade. No caso, as interpretações ou caem no

paradoxo da vontade absoluta (enunciado 1) versus a submissão ao destino (enunciado 2) ou obliteram o primeiro ou segundo enunciado, pelas mesmas razões explicadas anteriormente.

Uma versão interessante desse paradoxo é a atribuição dos referentes: ‘processo ensino-aprendizagem’ e ‘prática educativa’. Explicitamente: “[o processo ensino-aprendizagem] toma a forma que você quiser/ Você nem sabe estar fazendo o que [o processo ensino-aprendizagem] quer”; “[a prática educativa] toma a forma que você quiser/Você nem sabe estar fazendo o que [a prática educativa] quer”. 2 sujeitos (6,66%) seguiram essa lógica.

A atribuição de barro enquanto ‘criação artística’ ou ‘obra de arte’ foi estabelecida por 2 sujeitos apenas. Seria razoável supor que essa atribuição fosse mais freqüente, uma vez que o mote do poema presumivelmente é a própria criação literária e os conflitos do artista com a rebeldia da palavra. Compare-se que, com a mesma freqüência, houve a atribuição do conceito ‘Deus’ ao item lexical ‘barro’. Esses resultados são inequívocos no sentido de atestar a influência do conhecimento enciclopédico na interpretação.

O segundo aspecto, **o contexto cognitivo do professor/analista**, trata do posicionamento do professor enquanto analista de um trabalho científico do qual deve manter-se afastado, para manter objetividade e neutralidade. Porém, o que constatei, nessa pesquisa, é que por mais que eu buscasse o distanciamento, quando realizava a análise das interpretações, inferia a partir do conhecimento que possuía dos alunos. Assim, esse contexto cognitivo, enquanto professor, permitiu-me ampliar alguns contextos, além do que foi expandido.

Observem-se as interpretações 15 e 27, que atribuíram o referente ‘Deus’ ao item lexical ‘barro’. Nelas, a implicatura derivada pela expansão de suas formas lógicas, gera uma implicatura mais fraca:

I_{A2}: O intérprete possui crenças religiosas muito fortes.

Essa segunda implicatura, a partir do contexto cognitivo do analista enquanto professor – conhecedor da religião professada pelos intérpretes, deriva:

I_{A3} : As convicções dos adeptos da doutrina evangélica são acentuadas.

Esse fato, o de não conseguir neutralizar o contexto cognitivo de professor, enquanto analista, levou-me a constatar que a avaliação realizada, pelo professor, da interpretação feita pelo aluno deve ser influenciada pelo contexto cognitivo do professor, ou seja:

$$A_{v_p}t_n = f.E_a.C_p t_n. (f E_{Lk}t_{n-1}.C_p t_{n-1})$$

Onde:

A_{v_p} : avaliação do professor;

t_n : tempo em que o professor avalia;

f : função (resultado de);

E_a : enunciado do aluno;

C_p : Contexto cognitivo do professor;

E_{Lk} : Poema de Paulo Leminski;

t_{n-1} : tempo em que o aluno elabora sua interpretação;

Em outras palavras, a avaliação do professor (A_{v_p}) no tempo da avaliação (t_n) é uma função ou resultado da ambientação do enunciado do aluno (E_a) no contexto cognitivo do professor (C_p). Nesse contexto está presente a vivência que o professor tem com seus alunos e o conhecimento que possui sobre eles; e, obviamente a ambientação do poema de Leminski (E_{Lk}) com o ambiente cognitivo do professor, em oportunidades (C_p) em oportunidades anteriores(t_{n-1}).

Isso me leva a refletir sobre como ocorre a avaliação do professor, no contexto de sala de aula, levantando duas hipóteses prováveis. Se o professor baseia-se na metáfora do canal, provavelmente, pode eleger uma interpretação como correta. Geralmente, a apresentada

pelo livro didático ou a sua própria, instalando uma visão distorcida de que há uma visão privilegiada e assimilada à noção de verdade, refutando qualquer uma que difira desta (eleita como certa) por serem falsas (leia-se erradas), instalando (leia-se consolidando) a concepção monossêmica de leitura.

Se o professor assimila os processos inferenciais poderá ampliar sua visão de avaliação, pois levará em conta o contexto cognitivo do aluno, ou seja, levará em conta a visão própria de mundo que esse aluno tem, suas expectativas, seus valores, seu modo de vida enfim, instigando-o a procurar por si mesmo o sentido do texto, ampliando seu contexto.

Para os autores da Teoria da Relevância, o contexto é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte/leitor, que neste trabalho vem a ser o aluno/sujeito da pesquisa, sobre o mundo. Observe-se que esse conceito de contexto aproxima-se muito da mundivivência provocada pela leitura de mundo, tão propalada por Paulo Freire para a eficácia da leitura. Por isso, considero relevante ressaltá-lo, aqui, quando afirma “eu não cerro as portas na leitura da palavra porque eu acho que ela não se dá, em termos profundos, sem a leitura de mundo” (FREIRE, 1982, p. 4)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de casos descritivo e qualitativo, propus-me a **descrever** e **explicar** os processos de compreensão do poema *O barro*, de Paulo Leminski por estudantes do Curso Capacitação e Aperfeiçoamento para professores de 1ª a 4ª séries, ofertado pelas Faculdades São Judas Tadeu de Pinhais (PR), realizado em Fartura (SP). De modo subjacente, a pesquisa também se propôs a avaliar a capacidade descritiva e explanatória da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995) para o tratamento dos processos ostensivo-inferenciais presentes na interpretação de textos poéticos.

Para tanto, utilizei-me dos três níveis representacionais propostos por Sperber e Wilson (1986, 1995) para explicar o processo de compreensão, quais sejam: *forma lógica* (decodificação do substrato lingüístico), *explicatura* (processos de complementação pragmática a partir do resultado da decodificação), e *implicatura* (criação de inferências).

Minha **hipótese de trabalho** foi a de que a utilização dos três níveis representacionais permitiria descrever e explicar os processos cognitivos de interpretação dos sujeitos de pesquisa, com base no texto poético mencionado.

Para corroborá-la, inicialmente, procedi à revisão da literatura sobre os temas centrais deste trabalho. Ato contínuo, elaborei o instrumento de coleta de dados que, após teste piloto, foi aplicado com todos os integrantes do curso de *Capacitação e Aperfeiçoa-*

mento para professores de 1^a a 4^a séries ofertado pelas FAPI, no pólo de Fartura/SP. Dentre essas interpretações, escolhi aleatoriamente 30 interpretações que compuseram o *corpus* da análise.

Tanto a corroboração da hipótese, quanto os aspectos apresentados, nos últimos parágrafos do capítulo anterior, levam-me a considerar que esta pesquisa, apesar de modesta, pode apontar a TR como uma forma de elucidar os mecanismos realizados pelo professor, durante o processo de avaliação, além de ser um referencial que permite orientá-los no processo de construção de suas avaliações, bem como de sua práxis cotidiana, tendo em vista ser a busca da relevância uma característica humana, o professor deve explorá-la da mesma forma que os comunicadores o fazem.

Afinal, sendo conhecedores do contexto cognitivo de seus alunos, os educadores podem ser capazes de produzir um estímulo ostensivo que atraia sua atenção, ativando um conjunto de suposições contextuais, que aponte para uma direção de conclusão pretendida, levando-os a construir seu conhecimento, a re-elaborar conceitos.

Desta forma, acredito que a Teoria da Relevância não somente deve ser aplicada em pesquisas voltadas aos processos pragmáticos da comunicação humana, mas que abre grandes possibilidades, em pesquisas do campo pedagógico, podendo possibilitar estudos relevantes na área de currículos e metodologias de ensino, promovendo o rompimento dos educadores com a concepção monossêmica de interpretação, levando-os a colocar em crise a interpretação de seus alunos de um ponto de vista mediado por sua reflexão crítica.

Outras sugestões, que aqui apresento, apontam para pesquisas direcionadas ao desenvolvimento da leitura-literária, ao processo de apropriação da escrita e às questões de textualidade,

Por fim, vale acrescentar que, do ponto de vista operacional, a Teoria da Relevância permitiu adequação descritiva e explanatória tanto nos casos de interpretação bem ou mal sucedidas. Desse modo, a hipótese operacional de que: os três níveis representacionais – forma lógica, explicatura e implicatura – propostos por Sperber e Wilson (1986, 1995) e Carston (1988) permitem uma descrição empírica dos processos ostensivo-inferenciais das interpretações do poema *O barro*, de Paulo Leminski, elaboradas por docentes/estudantes do Curso Capacitação e Aperfeiçoamento para professores das séries iniciais, ofertado pelas Faculdades São Judas Tadeu de Pinhais/PR foi plenamente corroborada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio. Teoria da Relevância e tradução – conceituação e aplicações. In: GONÇALVES, José Luiz Vila Real. **Teoria da Relevância e abordagens conexionistas: reflexões sobre os conceitos de modularidade e processamento central na análise de processos inferenciais**. Belo Horizonte:FALE/UFMG, 2001.

CARSTON, Robyn. Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, Ruth (Ed.). **Mental representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University, 1988, p. 155-181.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. **Interação leitor-texto: aspectos da interpretação pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

van DIJK, Teun A. **Texto y contexto. Semántica y pragmática del discurso**. Madrid: Catédra, 1984.

_____. **Estructuras y funciones del discurso**. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

_____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

van DIJK T. A. e KINLSCH W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

DASCAL, Marcelo (org). **Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística**. Campinas: Unicamp, 1982. Vol. IV.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Teoria do texto**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 05-15.

FARACO, C.A. As sete pragas do ensino de português. In: **O texto na sala de aula – Leitura e Produção**. Cascavel, Assoeste Ed. Educativo, 1984. p. 17-23.

FODOR, J. A . **The modularity of mind**. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 24. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

GEDRAT, Dóris Cristina. **Relevância na Comunicação**. Revista da Comunicação. Ano X, nº 20 [número especial]. São Leopoldo: USININOS, 96/2.

GERALDI, João Wanderley. Prática da leitura de textos em escola. In: **O texto na sala de aula – Leitura e Produção**. 2. ed. Cascavel, Assoeste Ed. Educativo, 1985, 1997.

_____. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE e MORGAN (eds). **Syntax and Semantics**. vol. 3. Speech Acts. New York, Academic Press, 1975.

_____. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. V. 4. Pragmática. Campinas: Unicamp, 1982, p. 81-104.

GUIMARÃES, Denize Azevedo Duarte. A poesia de Paulo Leminski. In: **Letras**. Curitiba: UFPR, 1989. p. 85-93.

INEP. <http://www.inep.gov.br>

JAKOBSON, Roman. Linguistics and theory of communication. In: **Proceedings of Symposium in Applied Mathematics**, vol. XII. Structure of Language and its Mathematical Aspects. American Mathematical Society, Rhode Island [1961].[_ _]. **Lingüística e Comunicação**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1985]

____ e Halle, M. **Fundamentals of language**. The Hague, Mouton, 1996.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 7. ed. São Paulo. Ática, 2003.

____. **Uma visão interativa da legibilidade.** Ilha do Desterro, 13: 67 – 66, 1986.

____. **Estratégias em interpretação de sentenças e compreensão de textos.** Revista Puc nº 16. sd.

LAJOLO, Marisa. Leitura-literatura: mais do que uma rima, menos do que uma solução. In: ZIBERMANN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura: perspectivas interdisciplinares.** São Paulo: Ática, 2002.p. 87 - 99.

LEMINSKI, Paulo. **Caprichos & Relaxos.** 1983.
<http://planeta.terra.com.br/artes/PopBox/Kamiquase/poesia.htm>.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe Gerativa do Português – da teoria padrão à teoria da regência e ligação.** Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MEY, Jacob. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

MOURA, Heronides M. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática.** Florianópolis: Insular, 1998.

PILKINGTON, Adrian. **Poetic effects.** Lingua. Nº 87. North-Holland, p. 29–51, 1992.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática In: MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Anna C. (Orgs) **Introdução à Linguística 2: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de Época na Literatura.** 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RAUEN, Fábio José. Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso, v. 5, n. especial,** Tubarão, Ed. Da Unisul, 2005, p. 33-58. (Teoria da Relevância).

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa.** Rio do Sul: Nova Era, 1999.

____. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão: Ed. Unisul, 2002.

_____. **A fluidez significativa: estudo de caso.** Iniciação. Mafra. v. 3, n. 1, p. 121-131, 1992

_____. **A coerência na incoerência: um estudo das estratégias interpretativas de um texto incoerente por alunos de graduação em situação de teste.** Iniciação. Mafra. v. 2, n. 2, p.113-120, 1991.

_____. **Dos estudos pré-saussureanos à pragmática: uma visão histórica da lingüística.** Iniciação. Mafra. v. 1, n. 1, p.13-28, 1991.

_____. **Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na Teoria da Relevância.** Linguagem em (Dis)curso, v. 5, n. esp., p. 33-57, 2005.

SANTANA, Affonso Romano de. **Música Popular e Moderna Poesia Brasileira.** s.d. p. 140-250.

SHANNON, C., WEAVER, W. **The mathematical theory of communication.** Urbana: University of Illinois, 1949.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. **Teoria da Relevância: uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana.** Tese. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da, FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance – Communication & Cognition.** 2.ed. Oxford: Blackwell, 1995.

TOSCA, Susana Pajares. **A Pragmatic of Links.** 2000. Disponível em <<http://www.itc.dk/people/tosca/publications.htm>>. Acesso em 15 jun. 2005.

VANDRESEN, Ana Sueli Ribeiro, WILLE, Vilma Luzia Piovezan. **Laboratório da palavra.** Monografia. Curitiba: UFPR, 1996.

VANDRESEN, Ana Sueli Ribeiro et alli. **Compreensão da mensagem de textos em diferentes níveis de escolaridade.** Monografia. Mafra: UnC, 1990.

WILSON, Deidre; SPERBER, Dan. Teoria da Relevância. Tradução: RAUEN, Fábio José e SILVEIRA, Jane Caetano. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. especial, Tubarão, Ed. da Unisul, 2005, p. 221-268. (Teoria da Relevância). Texto originalmente publicado em: HORN; L, WARD, G. Blackwell's Handbook of Pragmatics. London: Blackwell, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.